

# Diário do Legislativo de 04/01/2000

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Aauto - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

SUMÁRIO

1 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

## 2 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

106ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 16/12/99

O Deputado Miguel Martini\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, já estamos chegando ao final desta sessão legislativa, e é hora de fazermos um pequeno balanço do nosso trabalho, da atuação desta Casa e até mesmo do trabalho frente à UNALE.

Infelizmente, não poderemos encerrar esta sessão legislativa satisfeitos como era de se esperar, porque deveremos, apesar da resistência do voto contrário da Oposição, encerrar o ano dando um presente de grego para a sociedade mineira. Teremos aumentos absurdos de taxas, mais sacrifícios para a sociedade mineira, impostos por este Governo eleito pelo povo com a promessa de melhorar sua situação. Estaremos, até o momento da votação, esperando que os parlamentares tomem uma posição contrária ao absurdo desse projeto de 129 taxas. Algumas foram reduzidas pela atuação sistemática da Oposição e, até mesmo, pela sensibilidade de alguns Deputados da Situação, do relator e do próprio Deputado Antônio Júlio. Gostaríamos de terminar este ano dizendo ao povo mineiro que temos o melhor Estado; que, para o ano que vem, as perspectivas são melhores e teremos menos impostos. Mas, infelizmente, vamos terminar o ano sem a reforma tributária, porque Fernando Henrique Cardoso, no Governo Federal, não a deseja. E vamos terminar o ano, em Minas Gerais, com mais taxas recaindo sobre a sociedade e o povo mineiro.

Vejam os senhores que, ainda nesta tarde, estaremos denunciando, advertindo e tentando demover os nobres pares desta Casa da intenção de votar essas taxas. Esperamos que todos percebam o grande mal que causarão à sociedade mineira. Além de todas as taxas absurdas, teremos, em certos casos, quase 50% de aumento no IPVA. São R\$45,00 a mais para cada dono de veículo. Outra emenda vai taxar o telefone. Quem possui telefone pagará mais R\$2,50. Mas, se tiver Internet ou TV a cabo, terá 100% de aumento. O que me preocupa é que iniciaremos o ano pagando impostos do ar, porque ainda não foram criadas as taxas. Que não nos ouça o Governador, senão mandará mais uma emenda para aprovar o imposto sobre o ar. Conseguimos que só entrasse na pauta de hoje o assunto referente à criação de taxas, já que queriam votá-lo ontem. Hoje, nos jornais de circulação de Minas Gerais, vimos, como se fosse uma vitória do Governo, o aumento de 63% nas contas da CEMIG.

A inflação não chegará a 10%, os salários estão defasados, o desemprego é crescente, e a energia elétrica está 63% mais cara. Não fosse suficiente o aumento da energia elétrica, 106 novas taxas são colocadas em cima da sociedade. Não fosse suficiente isso, 18% a mais nas operações de "leasing" para carro novo e 12% para carro usado. E a desculpa é dizer que quem vai pagar é o comerciante. Ora, é lógico que o comerciante vai repassar para o comprador. Mas é óbvio - dizem que o pior cego é aquele que não quer ver - que será repassado para o usuário. Não fosse suficiente isso - e aí deixamos uma interrogação -, talvez o DPVAT corrigisse, realmente, uma distorção. Não tivemos tempo de ouvir ninguém, de discutir, e o medo que temos é que serão cobrados mais R\$10,00 para cada carro, para o DPVAT. E nos perguntamos: será que foi para isso que o Governador Itamar Franco foi eleito? Será que nós, parlamentares, fomos eleitos para isso?

O Deputado Amílcar Martins (em aparte) - Deputado Miguel Martini, quero usar este aparte que me concede, em primeiro lugar, para dizer que compartilho, com profundo pesar, desse seu sentimento, que é, na verdade, de frustração. Apesar do esforço feito pela Oposição desta Casa, da seriedade com que tentamos denunciar e fiscalizar o Poder Executivo, as coisas não acontecem da forma como desejamos. Nós, da Assembléia como um todo, estamos dando, como disse, um presente de grego à população. Ao mesmo tempo em que compartilho desse sentimento de frustração, tenho a certeza de que, da minha parte, da parte de toda a Oposição e da parte de V. Exa., essa frustração não irá, nunca, se transformar num sentimento de desânimo e de inação; não vamos nunca entregar os pontos.

Quero cumprimentar V. Exa. pela sua trajetória nesta Casa, particularmente neste ano em que pude ter um convívio mais de perto com V. Exa., que é um guerreiro, homem que acredita no que faz, que tem argumentos, não entrega os pontos, vai à luta, defende com bravura seu ponto de vista e, por isso mesmo, merece o respeito e a admiração não apenas de todos nós, da Oposição, mas de todos os Deputados desta Casa e de toda a população de Minas Gerais. Cumprimento V. Exa., que simboliza, nessa sua luta - que não é solitária, porque tem ao seu lado companheiros que dão suporte para isso -, o espírito de luta e de defesa do interesse público, que deve ser a direção de todos os parlamentares. Parabéns a V. Exa.

O Deputado Miguel Martini\* - Obrigado, Deputado Amílcar Martins. Quero dizer que muita coisa boa aconteceu nesta Casa. Podemos dizer que todas as reformas ocorridas no IPSEMG, para melhor, como a criação do Conselho Deliberativo, com a participação dos funcionários e dos beneficiários da instituição, a retirada do regime de caixa único e a supressão do teto de R\$2.400,00 para a contribuição, foram avanços provocados por uma CPI instalada nesta Casa e que ofereceu essas alternativas, esse aprimoramento.

Muito ainda há para melhorar. O débito do Governo para com o IPSEMG deve ser assumido e cumprido. Esperamos até uma reformulação, para a próxima sessão legislativa, se houver decisão política do Governador, de uma solução para a questão previdenciária do Estado. Mas alguns avanços esta Casa já conseguiu. Temos a esperança de que, ao votarmos o orçamento deste ano, esta Casa dê mais um passo para aperfeiçoar os instrumentos e mecanismos de planejamento público.

O Deputado João Leite (em aparte) - Deputado Miguel Martini, serei rápido. Estou acompanhando atentamente o pronunciamento de V. Exa. Podemos ver como defende a importância do Poder Legislativo. Gostaríamos de dizer que este Poder, especialmente se unido com a sociedade, pode muito. Neste momento, estamos sentindo a necessidade da presença da sociedade civil nesta Casa. Estamos a poucos passos de dar um presente de grego para a população, ou seja, mais R\$45,00 de IPVA para cada proprietário de automóvel, independentemente do automóvel e do proprietário. Infelizmente, não vemos aqui aquelas representações que em outros tempos chegaram a fazer cartazes, mostrando os Deputados que votaram a favor de aumento de taxas. Agora, estamos assistindo à criação de mais de 100 taxas e mais R\$45,00 de IPVA, ou CPMF da segurança, ou "narcotaxa", ou o que queiram chamar. Estamos vendo todos, os que pagaram por cartazes com fotos de Deputados, ausentes. Permitirão a votação, e, em janeiro, a população sentirá isso. A Oposição e V. Exa. fizeram o seu papel firme, e estaremos ainda encaminhando, mas lamentamos a ausência daquelas entidades tão combativas outrora, que agora estão distantes do parlamento, para defender o povo de Minas Gerais. Parabéns pelo seu pronunciamento, Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini\* - Tentarei, rapidamente, dizer que graças a Deus, com a sensibilidade dos nobres pares desta Casa, aprovamos um instrumento de fiscalização da sociedade, ou seja, o SIAF-Cidadão. O cidadão poderá acompanhar a execução orçamentária do Estado, quanto recebe, quanto gasta, onde gasta e por que gasta. Esse mecanismo se origina de uma lei que aprovamos e que já está disponível. Aprovamos a moralização dos cartórios e o selo de fiscalização, com o qual teremos mais segurança nos atos de cartório, transparência e maior arrecadação, porque inibimos e acabamos de vez com a sonegação. Conseguimos descarrilar o "trem da alegria", que gerava benefícios a determinados grupos, considerados injustos e ilegais. Esse projeto era de minha autoria em 1989 e falava de outra coisa completamente diferente, ou seja, da celebração de convênios. Somente eu poderia retirar esse projeto. Assim, descarrilamos esse "trem da alegria", sacrificando o projeto de 1989. Terminamos o ano, aqui, na Assembléia, com um saldo bastante positivo. Enquanto Presidente da UNALE, conseguimos fazer com que essa entidade fosse respeitada nos cenários nacional e internacional. Criamos parlamentos regionais na Amazônia, para discutir a realidade da região. Criamos o do Sul; o nordestino lançaremos em 24 de fevereiro. Estamos criando o Código de Ética do Parlamento Brasileiro, que vai normatizar e dar maior ética à participação do parlamentar no Brasil inteiro, e a sociedade poderá acompanhar e até mesmo exigir. Estamos trabalhando, junto ao Congresso Nacional, para permitir que os maus parlamentares eleitos equivocadamente possam ser cassados pela própria sociedade.

Concluindo, Sr. Presidente, quero dizer que, apesar desse presente de grego, a atuação parlamentar desta Casa foi positiva. Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Alberto Bejani - Sr. Presidente, Sr. e Sras. Deputadas, senhores da imprensa, amigos que estão nas galerias, ouvi, atentamente, as palavras do Deputado Miguel Martini. Ele disse praticamente tudo aquilo que estamos sentindo nos dias de hoje, a respeito do projeto tão conhecido, o "boeing 705", com suas emendas denominadas "rolhas".

Nós, tachados como oposição, fomos surpreendidos com a votação desse projeto. Lamentavelmente, a população de Minas não sabe. Um jornal publicou que Deputados aprovaram novas taxas. O correto seria: Deputados do Palácio, Deputados da Situação, aprovam mais de 100 taxas e dão também o pagamento, pela população, de mais R\$45,00 por ocasião do emplacamento de seus carros. Mesmo que seja um fusquinha, o dono irá pagar R\$45,00 para equipar a Polícia de Minas, para, talvez, combater a criminalidade.

Pergunto aos nobres amigos Deputados, aos senhores que nos honram com suas presenças nesta Casa e aos telespectadores da TV Assembléia: será que todos que estão na Polícia Civil merecem receber um material novo?

Sabemos que existem várias pessoas que não merecem estar na polícia, pois cometem atos ilícitos e, às vezes, até mesmo fazem parte de quadrilha organizada neste Estado. É justo que, para isso, tenhamos que pagar mais R\$45,00? Quem tem carro novo não está-se preocupando, mas esse não é o caso da maioria dos cidadãos, que compram seus carros com dificuldade. Por exemplo, um indivíduo que compra um fusquinha por R\$900,00 pagará R\$90,00 de IPVA mais uma taxa de R\$45,00, ou seja, mais de 50% do valor total, para comprar material para a polícia! Essa é uma obrigação do Governo. A segurança, a educação, a saúde e o trabalho são obrigações constitucionais do Estado. E teremos que pagar por mais isso!

Chegando em casa, ontem, por volta de meia-noite, resolvi, depois de ouvir tantas colocações nesta Casa e de assistir ao bloco da Situação defender ferrenhamente a cobrança de novas taxas, colocar uma música para relaxar e, quem sabe, dormir um pouco. Coloquei um disco de pagode, e comecei a querer cochilar. Entretanto, não saíam de minha cabeça algumas reflexões a respeito do Governador Itamar Franco. Pensava: "Puxa vida, conheço o Governador Itamar Franco; fomos Prefeitos da mesma cidade; apoiei-o para a Prefeitura, para Senador, na primeira e na segunda vez; para Vice-Presidente da República; será que ele mudou? São tantas taxas!" De repente, o disco começou a tocar: "Ah! Eu tô maluco!". Ai, pensei: "É isso mesmo que está acontecendo". Só pode estar acontecendo isso, para se criarem 130 taxas novas, deixando o povo mineiro pelado com as mãos no bolso. Tomara que Itamar Franco ganhe para a Presidência da República e faça o mesmo com o FMI: dê-lhe um grande calote, tome-lhe tudo e ainda por cima deixe de pagar porque, em Minas, já estamos completamente desguarnecidos. O povo se deita e não sabe se acordará com uma nova taxa. Poderemos ter surpresas ainda hoje. Esta Casa virou uma caixinha de surpresas.

O Deputado João Leite (em aparte) - Obrigado, Deputado Alberto Bejani. Gostaria de complementar dizendo que me assustei assim como V. Exa. Alguns jornais e emissoras, hoje, divulgaram que a Bancada do PT não está permitindo a votação das taxas, mas em momento algum vi esse tipo de manifestação por parte daquele partido. Ao contrário, estamos acompanhado o seu apoio a esse "boeing 705". Algumas taxas devem ser cobradas, mas deveríamos ter tempo para analisá-las. Não vimos o PT manifestar-se contra essa cobrança do Governo Itamar Franco e Newton Cardoso, a fim de recolher recursos para a segurança pública. E concordo com V. Exa.: mais recursos!

Deputado Alberto Bejani, chegou agora à Comissão de Direitos Humanos essa denúncia do Prefeito de Doresópolis. Foi interceptado pela polícia, colocado no chão e sofreu violências. A todo momento disse que era Prefeito de uma cidade. Estava com o carro da Prefeitura. Preciso denunciar o fato, pois, se fizeram isso com um Prefeito, em um carro da Prefeitura, imaginem o que estarão fazendo com os cidadãos. Aqui consta o nome dos policiais e o número da viatura, que estaremos mandando para o Comando da Polícia.

Precisamos de novas leis, e isso a Assembléia Legislativa não quer fazer. Precisamos de novos modelos, mas isso a Assembléia também não quer fazer. Quer é criar novas taxas.

Falarei, a partir de agora, como o "boeing 705", ou seja, rapidamente.

Ainda querem cobrar R\$45,00 do fusquinha, a fim de bancar essa segurança pública. Concordo com V. Exa. Não.

O Deputado Alberto Bejani - Deputado João Leite, eu disse ontem, aqui, que, dependendo do tipo de ação que estiver sofrendo em um assalto e, dependendo do cidadão da Polícia Civil que chegar, é melhor chamar outro ladrão para negociar com ele, porque senão perderá mais. Hoje, recebi um telefonema de um cidadão da Polícia Civil que não quis se identificar - para mim já é um covarde -, dizendo o seguinte: o senhor está-se arriscando ao falar essas coisas, porque sou honesto. Disse-lhe: se o senhor é honesto, não tem de temer nada. Estou falando para o desonesto, para aquele que está vestindo a capa da polícia e se passa por bonzinho. No entanto, sabemos o que faz.

Assim, não retiro o que disse e digo mais: isso não acontece somente em Minas. No Estado do Rio a situação é a mesma. Agora, temos de lutar pelo nosso Brasil, que se chama Minas Gerais. E aqui é preciso passar um pente fino na Polícia Civil, colocando pessoas decentes em seu quadro, a exemplo de muitas que estão lá. Mas é preciso tirar aquelas que não são decentes, para que tenhamos orgulho, novamente, de falar que moramos em Minas Gerais.

O Deputado Durval Ângelo colocou ontem que não se usa nesse tipo de projeto que estamos votando o nome "rolha". Na verdade, não é nem "rolha" mais, porque temos de engolir e ficar totalmente à mercê daquilo que o Governo quer, e esta Casa, onde a maioria está nas mãos do Governo, faz o que ele quer. Não duvido nada se, de repente, o Governador Itamar Franco mandar ainda hoje um projeto mudando o Natal para o dia 28 de dezembro e a passagem de ano para o dia 10 de janeiro. E não duvido nada de esta Casa ainda votar a favor, depois das taxas absurdas que foram votadas. Agora, o proprietário de um carrinho velho pagar R\$45,00 de IPVA para dar "revolvinho" novo, espingarda nova e carrinho mais novo para a Polícia Civil está errado. A Polícia Civil não é para investigação? Se é uma polícia de investigação, por que tem de andar com carro todo fantasiado e sirene ligada? Para avisar ao bandido que está chegando para investigar? A polícia de investigação deve ser descaracterizada, a fim de investigar, trazer os resultados e, depois, prender o cidadão. Isso não pode ser feito dessa maneira. Tenho a certeza de que essas coisas mudarão no Brasil. A Polícia Civil não pode ter carro pintado nem sirene. O carro tem de ser descaracterizado. Mas não é isso que estamos vendo. Parece que os bandidos estão entrosados com a polícia, porque, quando a polícia vai prender alguém, liga a sirene 1 km antes, avisando que está chegando. O bandido, então, vai embora, claro que não vai esperar. Portanto, a Polícia Civil tem de ser descaracterizada. A Polícia Militar não. É uma polícia cujo carro tem de ser caracterizado, e os policiais devem andar uniformizados.

Vamos aguardar para ver se hoje teremos mais surpresas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, galerias, quero inicialmente parabenizar a direção do jornal "Estado de Minas" pelo prêmio Esso de Jornalismo Regional Centro-Oeste, através de seus jornalistas Evaldo Sérgio, Sandra Kiefer, Francis Rose e Dea Januzzi.

Na sua 44ª edição, o prêmio foi concedido pela reportagem "Criança no lixo, nunca mais".

E ainda estendemos as felicitações ao repórter José Cleres, pela menção honrosa, em razão da reportagem sobre a máfia da Carteira Nacional de Habilitação - CNH.

Quero também desejar a todos os repórteres, jornalistas e funcionários da área de imprensa, desde já, que tenham um Natal feliz e um ano 2000 cheio de realizações e paz.

O segundo assunto que trago é uma correspondência que me foi enviada pelos ex-funcionários da MinasCaixa. (- Lê:)

"Nós, da MinasCaixa, estamos aqui neste ato público para agradecer a acolhida de todos desta Casa. Do cafezinho à Presidência, passando pelas Lideranças e por todos os gabinetes, sem exceção, tanto da Oposição como da Situação, o tratamento está sendo caloroso e amigo.

Desde o primeiro dia, sentimo-nos realmente em casa e transitamos por corredores, salas e gabinetes com a mesma simplicidade com que o fazemos em nossa casa.

Obrigado pelo carinho, pela sensibilidade, pelo apoio. Vocês todos se imanaram conosco, e juntos lutamos por aquilo em que acreditamos: uma vida mais digna, um envelhecer mais sereno depois de tantos anos dedicados ao trabalho".

Esta é uma carta que me foi enviada pelos funcionários da extinta MinasCaixa.

O terceiro assunto é uma carta de profunda tristeza a nós endereçada. (- Lê:)

"Prezado senhor, como é do vosso conhecimento, meu esposo, Clerison José dos Santos Silva, está fazendo tratamento no Hospital do IPSEMG, desde a data de 14/9/98, por ser portador de mieloma múltiplo; foi submetido a várias seções de quimioterapia e tratamentos ambulatoriais e complementares e obteve sucesso. A partir de agosto de 1999 estava apto a ser submetido ao autotransplante da medula, conforme decisões da equipe médica da hematologia do Hospital.

Entretanto, o MG transplante não liberou o credenciamento a outros hospitais, facultando apenas autorização ao Hospital das Clínicas.

O valor de cobertura pago pelo SUS, destinada ao transplante, é considerado pelo Hospital das Clínicas insuficiente; recusando-se o IPSEMG ao pagamento do valor exigido.

Diante de tal situação, nós, os contribuintes, sofremos com o descaso que as autoridades da saúde nos impõe, sem termos a quem recorrer.

Falta entendimento da direção do IPSEMG e do Hospital das Clínicas, que apresenta justificativas próprias e convincentes para cada um, sem apresentar soluções de interesse para os contribuintes. Pedimos a intercessão de V. Sa. junto a quem de direito, resolvendo assim o impasse e tornando possível o autotransplante solicitado, com a maior urgência, para o paciente Clerison José dos Santos Silva, meu esposo. As. Ivaldira Ribeiro da Costa, residente à Rua Prof. José Raimundo de Moura, 273. Curvelo-MG".

Então, tornamos pública esta carta, porque é de interesse público. Assim como essa pessoa está necessitando desse atendimento que é vital para a sua existência, com certeza outros também devem estar tendo os mesmos problemas.

Fazemos uma solicitação ao nobre Secretário da Saúde, nosso colega, ex-Deputado Estadual, Deputado Federal Armando Costa, pessoa sensível, que está desempenhando um grande trabalho na área de saúde do nosso Estado. Assim também, à direção do Hospital das Clínicas e à Presidência do IPSEMG, que também têm realizado um grande trabalho, para que, através da união de esforços, possamos resolver a situação dessa pessoa, bem como de outras que estejam a precisar de uma interferência de vital importância para a existência, que estejam também necessitados de atendimento à saúde.

Por último, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi um ano de grandeza para mim, pela convivência que tive aqui na Assembléia Legislativa com os funcionários, consultores, assessores desta Casa, assim como, também, os funcionários dos gabinetes dos colegas. É com muito carinho que destaco como foi boa essa convivência, em especial com os funcionários do meu gabinete. A vocês todos o meu reconhecimento por tudo que fizeram durante este ano, principalmente pelo trabalho voltado para o povo do nosso Estado.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte)\* - Querida, Doutor Viana, agradecendo o aparte, também como Deputado já em segundo mandato, manifestar a alegria imensa por ter tido oportunidade de conviver com V. Exa. neste primeiro mandato.

Nós, do Norte, já o consideramos da bancada, porque a sua região, a sua cidade é, na verdade, a porta de entrada para o Norte de Minas. E todas as vezes em que precisamos de V. Exa. e o procuramos, tivemos apoio irrestrito às pretensões da nossa região. V. Exa. se revelou, com a experiência política como Prefeito e como Vereador de Curvelo, um parlamentar de grande importância para o nosso Estado e para a nossa região. Foi importante conviver com V. Exa. e com os demais Deputados. Este, foi um ano difícil, muito complicado para todos nós. Estamos vendo a situação do Estado, a situação do nosso País, e tivemos de superar as nossas ações com um esforço maior. Se não pudemos fazer tudo de bom que podíamos ou queríamos fazer, pelo menos, fizemos o melhor para o nosso Estado. Nossas ações estão sendo traduzidas pelo volume de trabalho prestado pela Assembléia Legislativa.

V. Exa. foi importante. Tenho certeza absoluta de que no ano 2000 haveremos de continuar contando com o seu trabalho para a valorização deste Poder. Isso é fundamental: valorizar o Poder Legislativo, mostrando altivez, mostrando independência, e, acima de tudo, transparência. Nossos atos têm de ser transparentes. E é exatamente com o trabalho de Deputados como V. Exa., com a experiência que tem, que podemos mostrar que os votos que recebemos estão sendo traduzidos num trabalho sério, num trabalho principalmente em favor da população do nosso Estado. Parabéns pelo seu trabalho neste ano de 1999.

O Deputado Doutor Viana - Agradeço o aparte do nobre colega Carlos Pimenta, grande Deputado do nosso Estado, representando, principalmente, o Norte de Minas.

Continuando minha fala, estamos chegando ao final do primeiro ano desta legislatura, que, para mim, foi de suma importância. Logo no início do mandato, fui, com muita alegria e responsabilidade, relator do projeto que terminou com o trem da alegria dos cartórios. Faço parte, como membro efetivo e Vice-Presidente, da Comissão de Administração Pública, juntamente com outros colegas, onde realizamos um trabalho intenso durante todo o ano, para dar o melhor de todos nós, com o auxílio de nossa assessoria, ao povo de Minas Gerais. Fiz parte, também, da CPI que apurou as possíveis irregularidades na emissão das carteiras nacionais de habilitação, em um trabalho árduo e demorado, mas profícuo, para buscar o melhor para a segurança do povo. Fiz parte, ainda, e fui relator da Comissão Especial que analisou o problema do vale do Jequitinhonha, já que este, por ser abandonado e por passar por um período de muita carência, estava sendo vitimado por endemias. Assim, esta Assembléia teve a sensibilidade de constituir uma comissão para analisar o problema do cólera principalmente, na cidade de Pedra Azul. Fizemos parte dessa comissão, assim como de outras, e trabalhamos muito para melhorar a situação do vale do Jequitinhonha.

Quanto aos colegas Deputados, quero agradecer o trabalho de todos, indistintamente, pois foi de fundamental importância para o meu crescimento como Deputado Estadual, na precípua missão de servir. Como estamos chegando ao final do ano e do século e ao início de um novo milênio, quero desejar, a todos vocês e aos familiares um Natal repleto de felicidades e um próspero ano 2000, com saúde, paz e muitas realizações. Que Deus continue a nos iluminar no exercício de nosso mandato, em nossa vida e em nosso relacionamento com todos. Termino, pois, desejando a todos um feliz ano 2000. Era isso, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pessoas presentes na galeria, pessoal da imprensa, subo a esta tribuna, talvez em minha última participação neste ano legislativo, também para agradecer aos companheiros Deputados pela convivência neste ano difícil, mas que, com certeza, engrandece a todos nós. Quero agradecer, sobretudo, à Bancada do PFL, pela convivência. Em que pese a todos os contratemplos, sobretudo no trabalho de oposição nesta Casa, acho que crescemos muito. De certa forma, o parlamento também nos engrandece, pela experiência. Individualmente também crescemos nesta nova etapa como legislador, como parlamentar, experimentando o trabalho de oposição.

Gostariamos de falar a respeito dos feitos deste Governo, nos quais, na verdade, se mistura o seu conteúdo ideológico, vendendo uma esperança para a sociedade mineira, com

competência, diria, como se as coisas em Minas Gerais fossem melhorar num passe de mágica.

No meio político, chamamos essa competência de mídia de competência dos marqueteiros. É muito importante que a sociedade mineira preste atenção no que está ocorrendo, examine a fundo o conteúdo prático, porque o ideológico só serve para embasar algo de prático, de concreto e de resultado para a sociedade.

Não quero considerar partido da Oposição nem da Situação, o que desejamos, neste momento, é saber o que está havendo de prático, de objetivo, de concreto, de melhoria da qualidade de vida para o povo.

Sabemos que em toda mudança de governo várias pessoas são desalojadas, outras se alojam, isso faz parte do processo democrático. Mas, Minas Gerais, hoje, encontra-se, de certa forma, desorientada, como estamos também na Assembléia. Essa mudança é um pouco traumática.

O povo de Minas Gerais acreditou em um candidato, que é o ex-Presidente da República, hoje Governador Itamar Franco, uma pessoa que com sua experiência poderia contornar essa grande confusão que está implantada em nosso Estado. O povo esperou que as coisas tivessem um reordenamento, que houvesse mudança consistente de postura política, que esse direcionamento tivesse um conteúdo maior devido à experiência que tem hoje o Governador Itamar Franco.

Mas o que vemos não é nada disso. Nesta Casa, até hoje, não chegou um projeto sequer que fosse estruturante para o Estado. O que são projetos estruturantes? São aqueles que dão sustentação ao desenvolvimento da agricultura, da pecuária, da indústria, do comércio e dos serviços. Portanto, não vimos nada de concreto, a não ser algumas iniciativas de parlamentares e, às vezes, até iniciativas isoladas do próprio Executivo. Mas nada que envolva um plano de desenvolvimento para Minas Gerais, nada que envolva um grande programa de desenvolvimento para a agricultura, a pecuária, a agroindústria, o turismo, enfim, para todos os setores econômicos.

Digo isso porque, se não houver essa objetividade, não haverá como resolvermos nem mesmo os problemas sociais do Estado. O desemprego hoje é a maior mazela social que existe no mundo, sobretudo no País e em nosso Estado.

Esperamos que quem está com o mando do Governo do Estado, que é o grupo de Itamar Franco e Newton Cardoso, ofereça como política de desenvolvimento para o Estado coisas mais concretas, mais consistentes.

Já se passaram quase 12 meses de governo, e não estamos vendo esse plano que citei em andamento. Não peço que acreditem na minha palavra, peço que analisem esses atos e as propostas que já vieram para este parlamento ou que foram tomadas pelo Executivo no objetivo de fortalecer a economia do Estado.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira (em aparte) - Ilustre Deputado Paulo Piau, antes que V. Exa. aprofunde a análise crítica que faz ao Poder Executivo de nosso Estado, queria, como Líder do PFL, seu companheiro de bancada, cumprimentar V. Exa. não só pelo discurso de hoje, mas por toda a sua atuação no decorrer deste ano.

V. Exa., ocupando a Vice-Liderança do PFL, tem sido o braço direito dessa Liderança. Com a sua seriedade, com a sua competência e com a sua capacidade de trabalho no Plenário, nas comissões e em tudo aquilo que requer a ação de um Deputado, V. Exa. tem engrandecido o parlamento mineiro e o nosso partido, o PFL. Cumprimento V. Exa. e agradeço pela grande colaboração no decorrer de todo este ano. Parabéns, Deputado Paulo Piau!

O Deputado Paulo Piau - Obrigado, Deputado Sebastião Navarro Vieira. Também só tenho que agradecer, neste ano legislativo, a parceria que travamos, o seu companheirismo e tudo que também V. Exa. nos ensinou com a sua experiência de Câmara Federal, já exercendo o segundo mandato na Casa e com mandato de Prefeito. Enfim, considero-me um principiante, mas tenho V. Exa. como uma grande luz não só para mim e para o PFL, mas também para o parlamento de Minas Gerais. Agradeço-lhe esta convivência neste período legislativo.

Vinha desenvolvendo o raciocínio de que precisamos, de fato, e até esperamos desse Governo que está aí implantado, porque independentemente de cor partidária ou de ser Situação ou Oposição queremos ver o Estado de Minas Gerais crescer, desenvolver; queremos que o seu povo tenha qualidade de vida. O povo mineiro escolheu Itamar Franco para Governador e Newton Cardoso para Vice-Governador. Na verdade, mudou o mando político no Estado.

Neste ano, como vinha dizendo, evidentemente não apareceu nada de consistente a não ser uma proposta de cunho simplesmente ideológico e político. Mas, em termos de desenvolvimento de toda a economia, o qual venha a dar sustentação de fato ao aumento do número de empregos de trabalho para o nosso povo para fortalecer a economia de Minas Gerais, nisso não vimos absolutamente nada de consistente.

Dizia que não quero que o povo de Minas Gerais acredite hoje neste pronunciamento de um Deputado que é da Oposição. Não quero, mas gostaria que a comunidade de Minas Gerais começasse a se questionar até mesmo para que se some a nós, Deputados da Oposição - sei que é difícil para os Deputados da Situação -, para que possamos apertar. Numa democracia frágil e incipiente como a nossa, diria que o poder de pressão vale quase tudo. Portanto, se o povo de Minas ficar de braços cruzados esperando medidas do Governo que venham fortalecer os interesses da própria comunidade de Minas Gerais, tenho a certeza de que isso não irá ocorrer. Fazemos um chamamento para que todas as lideranças sindicais e classistas venham se somar a nós.

Hoje pela manhã, eu discutia num instituto de pesquisas em Minas Gerais. Contaram-me por que a taxa do telefone, que seria implantada em São Paulo, não o foi. O Governador Mário Covas recusou porque fizeram uma consulta à opinião pública sobre aquela nova taxa que se pretendia implantar em São Paulo. Não foi Deputado de Oposição que fez essa consulta, foi a própria sociedade civil que contratou essa pesquisa em que 72% da população, de maneira geral, e praticamente 80% das lideranças estavam contra aquele projeto. Bastou esse dado para que o Governo Mário Covas recuasse.

Em meu entendimento, os mineiros estão muito frouxos. Gostaria que eles não deixassem a responsabilidade de contestar, protestar e mostrar às vezes os caminhos não válidos do Governo que aí está apenas para a Oposição, composta só por três partidos, composta por menos de 20 Deputados de um total de 77. Mas, se a sociedade quiser crescer tem de também participar. A democracia representativa em que vivemos vale, mas a democracia participativa da sociedade civil vale muito mais do que a própria representativa.

Hoje, o Governo em vez de mandar um plano de trabalho, um plano de governo, um programa de desenvolvimento, na verdade envia taxas e mais taxas para equilibrar as suas contas.

A Oposição não contribuiu com nada para o projeto "boeing 705", um saco de maldades, como diz o Deputado João Leite. Neste momento, pedimos a compreensão dos ouvintes da TV Assembléia e das pessoas das galerias, que, às vezes, não entendem por que falamos tanto, com pouca informação, sendo até chatos.

O projeto como chegou a este parlamento - não apresentamos nenhuma emenda, porque não concordamos com ele no todo, não concordamos com essas taxas, com mais impostos -, por compreensão dos próprios relatores, ligados ao Governo, e fruto da pressão que exercemos como Oposição nesta Casa, já foi melhorado. Mesmo com tais melhorias, é um projeto absurdo, em vista de nossa realidade.

Vários pontos foram retirados, vários termos, como os congêneres, que davam ao Governo a prerrogativa de cobrar pelo que quisesse, porque não era especificado no projeto original. Taxas de R\$1.500,00 voltaram para R\$300,00; algo como salgadinhos e frutas, que são pequenos negócios, foram retirados; alimentos para fins especiais, congêneres, e assim por diante, também. Banco de órgãos: não existe nada mais social do que um rim, um coração. Na verdade, isso não pode ser comercializado no País, mas o Governo queria cobrar taxas sobre banco de órgãos, banco de leite humano, postos de coleta de sangue, asilos e similares. Esse era o projeto enviado pelo Governo a esta Casa. Portanto, pelo menos a Situação, pressionada pelos Deputados da Oposição, fez várias correções.

Apesar desses ajustes nesta Casa, o projeto ganhou novo componente. Infelizmente, se, por um lado, houve melhorias no projeto original do Governo, por outro, foi introduzido um

passageiro nesse "boeing 705", extremamente danoso para a sociedade, que é a chamada "narcotaxa". Essa emenda vai sobrecarregar ainda mais a sociedade, pois cobrará, junto com o IPVA, mais uma taxa de R\$45,00 por veículo por ano. Havia uma taxa única, que, agora, passa a ser anualizada, com o discurso de que os recursos serão aplicados em segurança pública.

Ora, já existe o fundo de segurança pública neste Estado. Esse dinheiro é mal gasto não só por esse Governo, mas por quaisquer governos no País. Seja municipal, seja estadual, seja federal, o recurso sempre foi mal usado. O Governo sempre o desviou e continua desviando. Portanto, esse dinheiro arrancado do bolso do contribuinte servirá para que o Governo ajeite suas contas públicas.

Para terminar, volto a repetir que essa "narcotaxa" foi patrocinada, lamentavelmente, por este parlamento e pelo Presidente desta Casa. Como uberabense e como triangulino, pedimos desculpas ao resto do Estado. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, telespectadores da TV Assembléia, queremos, nesta tarde, falar sobre o Projeto de Lei nº 705/99, que, infelizmente, chegou a esta Casa no final da sessão legislativa, não nos dando a oportunidade de discuti-lo. Imagino que existam taxas importantes, que até mereçam ser cobradas. Mas a falta de tempo para discutirmos o projeto e mesmo a nomenclatura nele utilizada deixam-nos perplexos. Fico pensando sobre algumas cobranças que o Governo fará a partir do momento em que os Deputados que compõem a sua base nesta Assembléia aprovarem esse projeto. Fico pensando no que realmente seriam "outros produtos da saúde". O Deputado Hely Tarquínio levantava a questão relativamente ao que seriam "outros produtos da saúde", sobre os quais teremos uma taxação a partir de agora, se for aprovado o projeto em pauta. Eles tratam de quê?

É lamentável o que o Poder Executivo impôs à Assembléia Legislativa. É para desmoralizar o que vem acontecendo com a Assembléia Legislativa. O corpo de Consultores da Assembléia Legislativa, a composição desta, Casa com seus Deputados e suas Deputadas, pessoas experientes, não tiveram tempo de analisar um projeto que muito penaliza o Estado e a população. O Governador Itamar Franco, quando Presidente, criou a CPMF da saúde. E, agora, consegue criar a CPMF da segurança. Serão cobrados R\$45,00. Teremos, depois, 180 dias para o Executivo enviar à Assembléia Legislativa uma lei que determinará um fundo para receber esses recursos. Imagino que, em março ou abril, esse projeto estará chegando a esta Assembléia e irá para a Comissão de Justiça, onde o Deputado Ermano Batista, atento, fará com que seja votado rapidamente. Mas irá, também, para uma comissão de mérito; depois, será apreciado em 1º turno, voltando às comissões para ser votado em 2º turno. Quando é que teremos esse fundo? Se o projeto a ele referente não vier nos moldes desse "boeing 705", talvez, em agosto ou setembro do próximo ano, teremos o fundo. Até lá, esse recurso será desviado para o caixa único do Governo? E será utilizado para o que o Governo quiser? Será que no FUNTRANS, para que os recursos sejam utilizados nas campanhas do próximo ano?

É o que vamos votar nesta tarde. Votarei "não", porque não é possível uma taxação desse nível. Quero parabenizar o Deputado Hely Tarquínio e a Oposição, porque, imediatamente, apresentaremos uma ação direta de inconstitucionalidade, em nome do povo de Minas Gerais, para impedir que aquela pessoa que tem um carro para trabalhar tenha que pagar a mesma quantia de outra que possui, guardado, um automóvel só para lazer.

Mas vemos também, nesse projeto, algumas outras aberrações. O Deputado Paulo Piau teve a oportunidade de retirar esse artigo que trata da moratória futura: "olha, você pode sonegar até 31/3/2000". O Governo quer que votemos a sonegação até 31/3/2000. E é interessante o que o Deputado Paulo Piau retirou do livro "Crédito Tributário", na página 418. Diz a autora, num comentário sobre o Código Tributário Nacional: "A moratória somente se estende aos créditos já formalizados pelo lançamento ou cujo procedimento para lançar já tenha sido iniciado por ato regularmente notificado ao sujeito passivo, na data da vigência da lei, quando geral...".

Então, o livro diz que a moratória somente se estende aos créditos já formalizados. A autora do livro "Crédito Tributário" é a Procuradora-Geral do Estado, nossa Profa. Misabel Abreu Machado Derzi. É interessante que alguns costumam dizer que o Presidente Fernando Henrique Cardoso mandou rasgar os livros e tudo o que escreveu. Será que a Procuradora-Geral do Estado vai mandar rasgar o livro "Crédito Tributário" também, escrito por ela, ao permitir que seja aprovada essa aberração jurídica imposta aos Deputados? Espero que, nesta tarde, nesta votação, possamos votar não para atender ao rombo do Governo, para preenchê-lo, mas para atender à população de Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos na reta final do encaminhamento da votação do Projeto de Lei nº 705/99, tão contestado; os comentários, já fizemos desta tribuna, eu e meus companheiros. Essa é mais uma derrama em cima do povo mineiro, num momento inoportuno.

Não houve critério algum técnico para se estabelecerem os valores das taxas. Por isso mesmo, de saída, queremos dizer que o PSDB, o PFL e o PSN, na figura do ilustre Deputado Miguel Martini, vamos apresentar uma solicitação de inconstitucionalidade desse projeto. Já existem precedentes de matérias similares no Supremo, que foram consideradas inconstitucionais.

De qualquer forma, foram estabelecidas taxas para a área de saúde que vão implicar diretamente na vida do cidadão. Por exemplo, não foi retirada a taxa da hemodiálise. Conhecemos uma multidão de pessoas com problemas renais crônicos. Na área de saúde, foi criado um outro CPMF, como disse o Dr. Eduardo Daladier, que é um homem sério. Ele teve uma incumbência difícil - nós até o elogiamos por isso -, que foi defender o Governador aqui, por circunstâncias partidárias e, talvez, por convicção, porque, neste parlamento, as pessoas têm convicções diferentes. Cada um analisa de acordo com a sua visão.

No IMA, aconteceu o mesmo, ou seja, foram criadas taxas sem nenhum critério técnico e sem o princípio da capacidade contributiva, e aí está a inconstitucionalidade. Além disso, muitas delas não atendem ao princípio da indivisibilidade, que determina que as taxas devem ser aplicadas de acordo com a condição de cada cidadão, isto é, com equidade.

Reforçando todas essas questões, gostaríamos de lembrar que a taxa para o narcotráfico será arrecadada em um setor, e aplicada em outro, ou seja, será arrecadada no emplacamento de veículos, e aplicada em um serviço de segurança de outra natureza, e isto é inconstitucional. O problema das drogas é realmente complicado, pois já conseguiram, no Brasil e em todo o mundo, transformar, inclusive, o desejo, através da dependência. Entretanto, o Governo tem que apresentar outros mecanismos para obter a verba necessária para o combate ao narcotráfico, precisa, sobretudo, oferecer melhor educação e cultivar os costumes.

Essa taxa causará muito prejuízo ao povo, e temos a certeza de que será uma penalidade, pois, todos os dias, estamos recebendo reclamações a seu respeito. A maioria da população não a conhece e, quando tiver que pagá-la, se revoltará. Os próprios funcionários da Casa estão assustados e me perguntam, a todo o momento, se isso será possível. Respondo-lhes que o Governo achou que deveria fazê-lo.

De forma moderada, atendendo à medida provisória, o Governo poderia ter mantido as taxas existentes, mas não, criou mais 129. Devemos homenagear alguns Deputados da Situação, como os Deputados Antônio Júlio e Rêmoló Aloise e os componentes das diversas comissões temáticas, que, com bastante consciência, procuraram apresentar soluções para esse jogo de força entre o Executivo e o Legislativo. Precisamos cultivar a independência do Legislativo, mas isso demorará um pouco. O Executivo nos impôs essas taxas, e ficaremos frustrados se esse projeto for aprovado.

Ele representa um Papai Noel para o povo de Minas Gerais, no sentido pejorativo. Sendo assim, o PSDB encaminha contrariamente à criação das taxas, como a CPMF na área de saúde, o que implica diretamente na sobrevivência do cidadão, e as do IMA e sobre os serviços fazendários. Mais uma vez, o PSDB reafirma que entrará, junto com o PFL e o PSN, com uma ação de inconstitucionalidade contra esse projeto. Muito obrigado.

O Deputado Mauro Lobo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, já pudemos discutir esse projeto sob vários aspectos, principalmente as emendas a ele anexadas. Há emendas defensáveis, como a que cobra das seguradoras uma taxa sobre o seguro obrigatório, pois representa uma receita a mais para o Estado, sem ônus para o contribuinte, já que a emenda é muito clara ao determinar a impossibilidade de essa cobrança ser estendida ao contribuinte.

Tivemos a emenda do ICMS sobre os contratos de "leasing". Acreditamos também que, nesse caso, não haveria acréscimo para o contribuinte. Mas, apesar do trabalho de limpeza feito pelo Deputado Antônio Júlio e pelo relator, Deputado Rêmoló Aloise, ainda temos de considerar o número expressivo de taxas incidentes sobre serviços que deveriam ser de exclusividade do Estado, serviços de alta relevância para a sociedade, que estão sujeitos a essas taxas. O mais grave é a taxa incidente sobre o IPVA, ou seja, esses R\$45,00, que significarão de 130% a 140% a mais de receita para o Estado, de forma até desequilibrada com relação ao município, pois o IPVA é meio a meio, mas o Estado fica com a parte do "leão".

Gostaria de chamar a atenção para o fato de que, no decorrer deste ano, tramitou nesta Casa um projeto de isenção de IPVA. Esse projeto isentava os carros com mais de 15 anos, com a alegação de que os proprietários desses veículos teriam dificuldades para pagar o IPVA. Mas a isenção não ocorreu. Então, gostaria de chamar a atenção para a incoerência. Quanto ao pagamento de uma taxa já existente, queremos que o Estado abra mão. No entanto, do outro lado, votamos uma taxa universalizando a cobrança, não importa de que ano seja o carro nem seu valor venal: o proprietário pagará os R\$45,00.

Por isso, há 24 ou 36 horas, temos lutado contra esse projeto, que é injusto, é aquela forma que o Estado sempre arranja para fazer face às suas necessidades, ou seja, cobrando do contribuinte. Precisamos ser mais criativos e menos repetitivos. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, Srs. Deputados, é muito difícil encaminhar esse projeto, porque, como diz o Deputado João Leite, é um "boeing" muito pesado. Estamos cumprindo o nosso trabalho como Oposição. Fizemos, nos últimos dias, conforme o possível, um processo de obstrução. Ontem, fomos surpreendidos pelo "rolha", aquele requerimento que encurta os espaços, impedindo um debate mais aprofundado. Lamento o fato de que esse projeto não esteja nesta Casa há mais tempo, a fim de que pudéssemos não apenas debatê-lo entre nós, mas também com a sociedade, que é a principal atingida por essa enormidade, por essa centena de taxas novas.

Portanto, o nosso espaço como Oposição é limitado. Agora, por exemplo, temos apenas mais 3min52s para tentar informar à sociedade. Mas, se, dentro do parlamento, temos as nossas limitações - o Governo tem aqui maioria, que o apóia; não votaram neste Governo, mas no outro candidato. Mas, evidentemente, hoje apóiam o Governo, de acordo com sua conveniência e suas necessidades. Somos uma minoria, mas, se, no parlamento, não damos conta de convencer o Governo a votar contrariamente a esse projeto - aliás, é a nossa expectativa, sobretudo quanto à "narcotaxa", pedimos destaque, exatamente para que houvesse a compreensão dos Deputados da Situação e da Oposição para que se derrube essa malfadada taxa.

Quanto ao outro projeto maior, não temos muita esperança, há uma pressão do Executivo sobre sua base de sustentação para votar essas taxas. Agora, a "narcotaxa", não. Foi criada nesta Casa, e, portanto, pelo que sabemos, não existe nenhuma pressão maior do Executivo sobre o parlamento. Apenas a vontade do Presidente desta Casa, Deputado Anderson Aduato, de arrecadar um pouco mais de recursos, para que o PMDB e, agora junto, o PT façam caixa, porque, no próximo ano, teremos eleições municipais, e, evidentemente, isso é importante.

Lamentavelmente, tudo está como antes, e queremos deixar para a sociedade - não diria mais tranqüila -, mas se nós, dentro do parlamento, não dermos conta de convencer os Deputados a votar contra esse projeto, nós, da Bancada do PFL, junto com o PSDB, o PSN, vamos à Justiça. A Justiça tem a função sim, como disse o Deputado João Leite, de equalizar a desarmonia que existe entre o Executivo, o Legislativo, na vontade de proteger o cidadão da voracidade do fisco. Essa é uma decisão que já está tomada por nós, da Oposição, e apresentaremos uma ação de inconstitucionalidade, sobretudo quanto à "narcotaxa", e estamos agregando essa taxa ao recolhimento de R\$45,00 por veículo, junto com o IPVA, para aplicar em segurança pública, que, na verdade, não vai receber essa taxa. Sabemos que os fundos não têm suas aplicações dirigidas, direcionadas. Esse dinheiro cai no caixa único do Estado, lamentavelmente, e some. E a segurança pública é apenas um pretexto para que o povo pague mais para os desmandos e o mau uso do dinheiro público.

Iremos, sim, à Justiça, para que, além do parlamento, possamos defender os direitos do contribuinte e estaremos acionando a própria Justiça, para que se pronuncie sobre esse absurdo, que é o Projeto de Lei nº 705/99, que ganhou um passageiro especial, colocado nesta Casa, patrocinado pelo Presidente, Deputado Anderson Aduato, lamentavelmente, que é a "narcotaxa".

A CPI do Narcotráfico está reunida agora, e isto é importante. Gostaria de dizer à sociedade que a CPI do Narcotráfico não tem nada a ver com essa tal de "narcotaxa". CPI do Narcotráfico é coisa séria, e essa "narcotaxa" é coisa de quem não tem responsabilidade com relação ao povo mineiro. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Gostaria de encaminhar contrariamente à aprovação das taxas, que vêm penalizar a população. Temos acompanhado a distribuição, feita pelo Governo, aleatoriamente, dos recursos de subvenção, especialmente, pela Loteria mineira, em diversos lugares.

Estamos cobrando do Governo que envie a esta Assembléia aquilo que está na LDO, que é o quadro com a indicação dos investimentos feitos com essas subvenções. O Governador Itamar Franco se insurgiu contra a subvenção na Assembléia Legislativa, e o apoiamos, porque pensamos que esse não é o trabalho da Assembléia. Mas agora quer que aproveemos a cobrança de uma taxa que, no próximo ano, irá para um conselho. Que conselho é esse que receberá esses R\$45,00 de cada cidadão de Minas Gerais? Onde vai investir esses recursos?

Nós, que sempre estivemos presentes aqui na Assembléia, vimos várias representações do Estado que lutaram contra a subvenção na Assembléia e que neste momento estão caladas em relação a essas cobranças que serão feitas a partir de agora. Estamos já passando da metade de dezembro. Em janeiro, a população começa a pagar R\$45,00. São R\$45,00 de cada cidadão para um conselho. Que conselho? Esse conselho distribuirá esses recursos para o Estado, nós, que já temos, neste Governo, patrocinado pelo Vice-Governador Newton Cardoso - às vezes, Governador em exercício - o FUNTRANS. E agora vamos ter outro conselho que cuidará dos recursos que serão cobrados nesse "boeing" 705, que está passando pela Assembléia. Porém, de alguma maneira, estamos sentindo alguns Deputados se manifestando. Votarão contra. E vamos ter uma surpresa no Plenário da Assembléia Legislativa - espero - porque os Deputados vão votar a favor da população. Não vão votar para atender a subvenção que será colocada nesse conselho, que não sabemos quem vai gerir. Estamos assinando um cheque em branco para um conselho que não conhecemos. Um projeto será enviado para a Assembléia daqui a 180 dias. Quem faz parte desse conselho? Que conselho é esse? Enquanto isso, estamos vendo a sociedade muda, calada, vendo passar esse descalabro.

Aqui está o livro da Profª Mizabel Derzi: "Comentários ao Código Tributário Nacional". É uma beleza! Uma peça lindíssima! Nós, que já cobramos do Presidente Fernando Henrique Cardoso que rasgasse alguns dos seus livros, alguns textos que escreveu, será que vamos cobrar também da Procuradora que rasgue o que escreveu aqui? Será que cobraremos dela também com a mesma força, com o mesmo apetite com que cobramos a subvenção? Somos contrários à subvenção na Assembléia Legislativa e também seremos contrários a essa subvenção do conselho virtual. Esse conselho que está aí, num outro espaço de tempo que não conhecemos. Daqui a 180 dias o projeto virá, será votado, mas já vamos dar R\$250.000.000,00 para esse conselho. Nós não, o povo de Minas Gerais. O proprietário daquele carro comprado com o maior esforço. E vai dar dinheiro para esse conselho gerir. É vergonhoso! Espero que a Assembléia Legislativa vote "não". Espero - como alguns Deputados já disseram aqui - que votemos "não" ao "boeing" 705, que não tivemos oportunidade de discutir; nem a sociedade teve a oportunidade de tomar conhecimento da facada que vai levar em janeiro, de imediato. De minha parte, vou dizer não a essa subvenção que vai estar nas mãos desse conselho. Mas estou satisfeito, porque, além dos que disseram que votarão "não", estamos vendo que não teremos "quorum" para a votação desse projeto.

O Deputado Carlos Pimenta\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria, também, neste ato final da votação do Projeto de Lei nº 705, de encaminhar absolutamente contrário a todo o projeto - da primeira à última página, da primeira letra ao ponto final. É um projeto que veio de forma intempestiva para a Assembléia. Vai proporcionar ao Estado a arrecadação de mais de R\$400.000.000,00 a partir do ano que vem. Será um dinheiro retirado do bolso da população, principalmente da população que já paga os impostos, que tem seus negócios, seu veículo, que está na formalidade, que já contribui decisivamente para o engrandecimento e crescimento do nosso Estado. É um projeto que cria taxas. É um projeto que vai criar mais uma taxa, a taxa de segurança pública. É um projeto que, certamente, irá gerar uma reação muito grande da população. Não vou discutir a posição de nenhum colega Deputado. Acho que cada um que aqui está teve votação dos seus eleitores, das suas regiões e não deve prestar contas a ninguém desta Casa, - nem à Oposição, nem à Presidência - deve prestar contas à sua consciência e a seus eleitores. Respeito a posição dos Deputados que votarão favoravelmente, mas, em nome da minoria das oposições, o PSDB, o PFL e o PSN, na pessoa do Deputado Miguel Martini, já estamos, praticamente há uma semana, mostrando a inconveniência da votação desse projeto. Há uma semana estamos mostrando a dificuldade que estamos tendo, porque não houve oportunidade de discussão. Nenhum membro da sociedade civil, nenhuma pessoa, nenhum funcionário, nenhum proprietário de veículo veio a esta Casa dizer aos Deputados: "Não queremos essa taxa, pois já pagamos impostos demais. Queremos que a Assembléia cumpra o seu papel democrático, o seu papel constitucional". É essa a nossa posição - uma posição de consciência, séria, posição de uma bancada de Deputados que empresta todo o seu trabalho em favor principalmente da transparência, em favor da nossa população. Quero encaminhar contrariamente a esse projeto. É bom que se repita 1, 10, 1.000 vezes porque, amanhã, tenho certeza, a população não aceitará calada essa taxa que está sendo imposta, que está descendo goela abaixo do povo deste Estado. Não digam que não alertamos. Não digam que não houve reação dos Deputados desta Casa. Estamos dizendo alto e bom som: o que se está fazendo aqui é uma extorsão contra o povo. Covardemente, a Assembléia Legislativa não teve oportunidade de discutir, de fazer uma única reunião com a população, uma única audiência pública. Deixo que o Sr. Governador, Dr. Itamar Franco, possa, ele próprio, prestar os esclarecimentos devidos à nossa população, e espero que não tenhamos outra desagradável surpresa nesse final de ano, no início de um novo século, de um novo milênio. É esta a posição firme e clara da Oposição da Assembléia Legislativa.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Alberto Bejani - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de saber se esta Casa terá a mesma boa-vontade para com um projeto de lei que estamos apresentando, pelo qual

as pessoas que tiverem carros com até cinco anos de uso poderão retirar seus veículos apreendidos pela Polícia Civil. Esses carros, que custam em torno de R\$1.000,00 a R\$1.500,00, estão jogados em pátios alugados, e as multas e os valores de estacionamentos e de guincho ultrapassam a quantia de R\$2.000,00. Quer dizer, o cidadão tem de pagar essa quantia para retirar seu carro que vale apenas R\$1.500,00. Então, gostaria de saber se os Deputados que hoje estão sacramentando as taxas, nesse "boeing 705", também terão a boa-vontade de votar esse projeto de lei, retirando as multas, em 90%, para que o cidadão que usa o seu carrinho para trabalhar e que hoje está andando de ônibus, tendo seu trabalho prejudicado, possa retirá-lo do "terreirão", onde é colocado. Além disso, muitas vezes, o carro ali chega com pneus, mas, na hora de retirá-lo, não há mais nenhum pneu no carro. Desapareceram! É obra do "Mister M", que fez com que o pneu sumisse! Toca-fitas, então, não chega nem no estacionamento. No meio do caminho, cria asas - vira um toca-fitas alado, sai voando e desaparece. Então, gostaria de saber se os Deputados terão a mesma boa-vontade, a partir de fevereiro, para votar esse projeto, dando oportunidade a quem teve seu carro apreendido por não ter tido dinheiro para pagar o IPVA, que, a partir de janeiro, ainda será acrescido de R\$45,00. O cidadão não teve como pagar. Não é um sonegador, mas inadimplente. Pelo salário que ganha, não teve condições de pagar o IPVA, mas, mesmo assim, foi para as ruas, trabalhar com seu veículo, que foi apreendido e está mofando, apodrecendo e sendo saqueado nos depósitos, que, ainda por cima, são pagos, são alugados. Esse projeto será apresentado em fevereiro, para que possamos, pelo menos, devolver um pouco daquilo tudo que estamos tirando do bolso do trabalhador.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, vamos reafirmar, até a última gota de nosso sacrifício, que votamos contra esse projeto, o "boeing 705", apesar das rolhas que colocaram em todos nós, nesta Casa, e vamos chegar ao final com a consciência tranqüila e a cabeça erguida, podendo encostá-la no traveseiro sem ter de pedir perdão a Deus por estar tirando do povo, que, neste País, já é sacrificado com vários tributos e taxas. É aqui, em Minas Gerais, com mais ainda - mais de 100 -, a partir de janeiro. Lamentamos e esperamos que o Conselho que será montado pelo menos tenha pessoas honestas e sérias, para administrar um dinheiro que não é seu, mas da população. Muito obrigado.

O Deputado Ailton Vilela - Sr. Presidente, Srs. Deputados, também fazemos uso deste microfone para encaminhar contrariamente a esse projeto, que consideramos um verdadeiro absurdo para com a sociedade. Esse não foi o compromisso do Sr. Governador do Estado em sua campanha para o Palácio da Liberdade. Não foi esse o seu programa de Governo, de que tomamos conhecimento naquela época, quando pregava um trabalho voltado para os interesses maiores do povo de Minas Gerais.

No entanto, o que vemos neste final de ano, ao apagar das luzes, é a chegada a este parlamento de um projeto que deixa a todos atribulados, por essas inúmeras taxas que prejudicarão sensivelmente não só o contribuinte que participa diretamente, que são os nossos pequenos empresários, mas a população como um todo. Como todos sabemos, tudo é repassado à população, é o povo quem paga. Temos, no Estado, 16 milhões de habitantes sendo sacrificados por essas mais de 100 taxas que serão aprovadas por esse projeto, neste final de ano. É lamentável o que estamos vendo.

É lógico que o Governo precisa melhorar sua arrecadação, mas por meio do aperfeiçoamento da máquina arrecadadora, fazendo ajustes nas distorções. Existe sonegação principalmente nas grandes empresas. É preciso, então, que o Governo busque, por meio de sua administração, da sua máquina arrecadadora, a melhoria da arrecadação. Não por meio do aumento de impostos, de taxas. Uma administração eficiente se mostra por seu trabalho eficiente, não criando impostos. Criar impostos e taxas é muito fácil.

Portanto, estamos aqui para dizer aos nosso prezados pares, aos nossos companheiros que temos um compromisso com o povo do interior. Assumimos um compromisso com nossos eleitores de defendê-los, com toda a força, com toda a seriedade aqui, neste parlamento, e é justamente o que devemos fazer. É para isso que estamos aqui, para defender principalmente as pessoas que mais sofrem na nossa sociedade, e são justamente esses os que mais serão sacrificados pelo Projeto de Lei nº 705/99.

Mas o povo está aí, de olhos vivos, vendo que a política se faz com grandiosidade, com trabalho sério e com o aperfeiçoamento de sua administração, com a capacidade administrativa, buscando, pelos meios possíveis, que existem, a melhoria da qualidade de vida para o nosso povo.

O Governo precisa buscar economia onde é possível fazê-la. Temos hoje milhares de pessoas - como já foi discutido aqui, sobre o pessoal da extinta MinasCaixa - que estão encostadas em secretarias, apenas abrindo correspondência ou fazendo cafezinho, até sendo humilhadas. Pessoas de capacidade, que gostariam de estar trabalhando. Precisam de uma oportunidade para trabalharem na busca dos meios da melhoria da nossa arrecadação, do aperfeiçoamento das finanças do Estado, não só fazendo com que o povo possa pagar mais taxas, o que trará mais sacrifício. Muito obrigado.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, Srs. Deputados, demais integrantes da Mesa, imprensa, presentes nas galerias, queremos lembrar aos colegas que não estávamos demorando, mas estávamos, como cumpridores de lei que somos, esperando a hora em que o Sr. Presidente nos concedesse a oportunidade de falar. Agora ele o faz, com seu espírito de liberalidade e democracia. Estamos, portanto, aqui, para encaminhar contrariamente a um projeto a respeito do qual, em sã consciência, nem os que votaram a favor são a favor. As circunstâncias, às vezes, levam o ser humano a votar contra sua própria consciência. Há circunstâncias na vida plenamente justificáveis, em que a pessoa não pode voltar atrás num compromisso. Quem se propõe a partir numa caminhada, às vezes, vê-se contrariado em determinado ponto, mas não há como retroagir. E aí é obrigado a enfrentar essas situações, embora sabendo que está afrontando a si mesmo.

Lamentamos a tramitação rápida do Projeto de Lei nº 705/99. Se ele estivesse somente alterando taxas, não precisaria ser votado este ano, poderia ficar para fevereiro ou março. Como ele está criando mais de cem taxas - de ontem para cá, mais algumas -, ele passa a precisar ser votado num ano para ser vigente no outro. É por isso que estamos aqui, manifestando para o povo de Minas Gerais a nossa preocupação. Temos a certeza de que, se pudéssemos transformar essa votação em secreta - talvez a Liderança do Governo queira até avaliar essa questão, para que, estando o Deputado na cabine, só ele e Deus saibam como está procedendo -, ela pudesse ser democrática, sem a influência externa, sem a pressão do Poder Executivo.

O Poder Executivo está agindo nesta Casa de forma subjetiva. Ele não aparece diretamente, ele não propõe, ele diz que está alterando taxas. Ele estaria alterando se estivesse mantendo as cento e oitenta e tantas existentes. Mas ele está criando outras cento e tantas. Com essas novas, é preciso que o projeto seja aprovado este ano. Por isso, o projeto está tramitando rapidamente. Ninguém está podendo discuti-lo como se deveria. Ontem, assistimos aqui a uma cena que, temos certeza, violentou a consciência do Presidente. Pessoalmente, talvez ele não concorde com o "requerimento-rolha". Talvez a maioria dos parlamentares tenha se sentido violentada com esse requerimento. Dois anos atrás, vimos aqui um dos mais respeitados homens públicos de Minas Gerais - Deputado Arnaldo Penna - ser execrado pelos parlamentares da Oposição, porque apresentara um requerimento semelhante ao que foi apresentado ontem. Ontem, assistiu-se ao contrário, pois quem criticava no passado aplaudia no presente. Essas coisas deixam a opinião pública meio confusa, sem saber quem é quem. Estamos aqui para lembrar a todos que, se a Liderança do Governo aceitasse o desafio, encaminhasse a votação para o processo secreto, os Deputados estariam livres de pressão, de qualquer coação, da intromissão do Poder Executivo, votando com sua consciência. Aí, sim, estaria, aprovado ou não, havendo liberdade plena do Poder Legislativo e da ação do parlamentar, que representa o povo.

Queremos, ao concluir, pedir a todos que pensem. De ontem para hoje, já houve tempo suficiente. De agora até o momento da votação, poderá haver um momento de reflexão maior. Quem sabe, corajosamente, estaremos aqui demonstrando ao povo de Minas Gerais a nossa independência e autonomia, dizendo "não" a esse projeto que onera o povo de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, que presente de Natal o Governo de Minas oferece ao povo mineiro, que presente triste, que desrespeito ao povo esse Projeto de Lei nº 705/99, a que estamos encaminhando contrariamente, e que vamos votar logo em seguida. Trata-se de uma verdadeira aberração, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que se repete ano após ano. Não é um privilégio do Governador Itamar Franco, porque já vivemos essa situação no passado.

Na undécima hora da sessão legislativa, ao fecharmos nossas portas para o ano que se encerra, quando esta Assembléia entra em recesso, quando se aproxima o Natal, vem o Governo querer que, de afogadilho, esta Casa analise projetos que agridem a população mineira. O Governador Itamar Franco em sua campanha repudiou todas essas ações do passado, deu uma nova esperança a Minas e vem novamente repetindo os erros históricos que ocorrem todos os anos em Minas: sacrificar o povo no encerramento da sessão legislativa.

Mas, Srs. Deputados, o que mais me causa espanto é que existe uma base de governo áulico-fisiológico governista que quer ser mais realista que o rei e que se esquece que o Deputado está aqui, com assento na Casa, representando o povo de Minas, defendendo o povo de Minas, e coloca o seu interesse em defender as ações, mesmo que contra o povo, do Governador do Estado acima da sua obrigação precípua de defender o povo.

Há um base de apoio ao Governo, mas é constituída de representantes do povo. É inadmissível que os Deputados, querendo aperfeiçoar, num sentido áulico-fisiológico, o projeto nefasto que o Governo envia a esta Casa, criem aberrações maiores ainda, como essa taxa sobre os veículos. Já tive oportunidade de dizer ao Presidente da Casa que não é apenas um tanque de gasolina que se quer cobrar nessa taxa sobre os veículos junto com o IPVA. É, da grande maioria da população pobre do País, uma semana de trabalho. Quem ganha até um salário mínimo, que é o trabalhador rural, que trocou o cavalo por um fusquinha velho, tem de trabalhar duas semanas para pagar essa taxa de R\$45,00. O

bóia-fria, que ganha R\$10,00 por dia na região Sul do Estado, que remunera melhor, tem de trabalhar uma semana.

É a base áulico-fisiológico-governista que quer impor uma semana de trabalho de graça para se pagar esses R\$45,00, para ser administrado por um fundo a ser criado. Como bem ressaltou o Deputado João Leite, talvez seja uma nova forma de subvenção que o Governo queira criar. A minha esperança, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é que os Deputados ainda acordem, porque são representantes do povo, e não defensores do Poder Executivo, e votem a favor do povo dizendo "não" a esse projeto e dizendo duas vezes "não" a essa emenda que quer extorquir dos proprietários de veículos mais R\$45,00 no mês de janeiro do ano que vem. O PFL, que está na oposição, vota "não" a esse projeto na sua inteireza.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Amílcar Martins\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esta é uma tarde de tristeza e de vergonha, não apenas para esta Assembléia Legislativa, mas para Minas Gerais.

Estamos aqui para, mais uma vez, trazer a nossa palavra de repúdio, de indignação, a nossa palavra de protesto contra esse crime que está sendo cometido contra a população, de maneira muito especial, contra a população pobre de Minas Gerais.

Não adianta colocar "rolha". Ainda não estamos amordaçados. Nós, Deputados da Oposição, estamos aqui para dizer "não" ao Projeto de Lei nº 705/99, "não" a essa vergonha que se comete contra os interesses da população. Estamos aqui para dizer que, se há um momento de indignação, se há um momento de protesto, há expectativa e esperança de que essa indignação e esse protesto não se transformem em desânimo, em desalento, porque é preciso ter forças para continuar combatendo esse Governador covarde, pusilânime, que trai os seus compromissos com a população, que trai os seus compromissos de campanha, que trai o povo, da maneira mais covarde, mais pusilânime, mais indigna que já vimos na história recente da vida política de Minas Gerais.

Se meia vergonha já havia sido cometida no Projeto de Lei nº 705/99, quando se criaram cento e tantas taxas para atividades fundamentais, para pequenas empresas que prestam serviços fundamentais à população, agora a vergonha é inteira. A segunda metade da vergonha é essa "narcotaxa" em cima de todos os veículos. É importante lembrar que não são apenas os automóveis, mas até as motocicletas vão ser obrigadas a pagar R\$45,00 de sobretaxa, para que possam continuar circulando em nosso Estado.

É uma vergonha o que está ocorrendo. É um ato de covardia contra a população. As Bancadas do PSDB, do PFL e do PSN estão aqui para dizer que não nos acovardamos, não nos calamos. Estamos aqui para dizer que votaremos contra essa vergonha. Temos a certeza de que muitos Deputados da base governista saberão distinguir o limite de seus compromissos de sustentação desse Governador, que comete esse ato de indignidade contra a população, e os seus compromissos com os interesses do povo, dos seus eleitores, das pessoas que os trouxeram para esta Assembléia Legislativa.

Vejo que esta Casa está parcialmente vazia, porque o momento é de constrangimento para essas pessoas que se sentem obrigadas, por participarem da base de sustentação do Governo, a dar o seu "sim" a um projeto que ficará, nos anais da Assembléia, como um momento de vergonha na vida desta Assembléia e de Minas Gerais.

Vamos juntos dizer "não" a esse Governador imperial, que tem a coragem de cometer essa indignidade contra a população, que tem a coragem de trair seus compromissos com a população. Vamos dizer "não" ao Projeto de Lei nº 705/99, na sua inteireza e, de maneira especial, de maneira particular, a essa narcotaxa, a essa sobretaxa de R\$45,00, que atinge todos os veículos, incluindo as motocicletas.

É uma covardia que se quer cometer contra o povo de Minas Gerais. Estamos aqui para dizer "não". "Não" ao Governador covarde, "não" ao Projeto de Lei nº 705/99. É o que tenho que dizer.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Pettersen - Sr. Presidente, Srs. Deputados, entendo que o Deputado Amílcar Martins e outros que passaram por esta tribuna, com seus eloqüentes discursos, cometeram uma grande injustiça com o nosso Governador Itamar Franco. É isso porque a arte de governar é ter o bônus, mas não se esquecer do ônus. Muitos governantes de Minas Gerais talvez não tiveram a coragem de enfrentar o desafio de tomar uma medida antipática. Mas o Governador de Minas Gerais procura buscar recursos no sentimento do mineiro, governando com seus próprios recursos. E, embora sacrificando a sociedade, em nome da segurança dessa mesma sociedade e no combate ao narcotráfico, toma medidas visando ao bem social.

Um Governador não pode curvar-se, precisa ter iniciativas e ser forte. O Governador Itamar Franco está tendo, além do apoio desta Casa, o apoio dos segmentos da sociedade do nosso Estado. Minas tem sido sacrificada pelo Governo Federal, que saqueia nossos recursos. E, para nossa tristeza, muitos dos combativos Deputados que por aqui passaram, com sua inteligência, deixaram e deixam de combater o que o Sr. Fernando Henrique Cardoso está fazendo com o nosso povo. Entendo que, apesar das dificuldades por que passa o nosso Estado, deveríamos ver que nosso povo não pode ficar à mercê da insegurança e do narcotráfico. O Sr. Governador do Estado tem a competência e a autoridade moral para buscar, com sua honradez, dar governabilidade e segurança a este povo que se encontra carente e ansioso por iniciativas como essa. Não é admissível dizer que nosso Governador está sendo covarde. Isso ele nunca foi, pois que se trata de pessoa que se preocupa com o bem social, buscando atender aos interesses de Minas, dentro das maiores dificuldades por que passa o Estado. Caso tivesse o apoio do Governo Federal, no cumprimento de suas obrigações para com nosso Estado, talvez não teria necessidade de recorrer a esse tipo de medida.

Quero aqui, Sr. Presidente, externar para V. Exa. e para todos os nossos colegas desta Casa que o nosso governante está, acima de tudo, com uma grande preocupação; está buscando, contra sua vontade, saídas para equacionar os problemas de nosso Estado e da nossa sociedade.

O Deputado Miguel Martini\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, chego a pensar que seria melhor que terminássemos logo esta sessão legislativa, porque, caso contrário, outras emendas, taxando mais coisas, vão entrar nesse projeto. Vejam os senhores: estávamos achando que essa taxa de R\$45,00 era só para os carros, mas não, é pior do que isso, essa taxa é também para as motos. E, se demormos, para as bicicletas, as carroças e, quem sabe, até os jegues, porque só faltam esses três. Até as motos já estão sendo taxadas. Se a pessoa tem uma moto, mesmo que seja velhinha, não tem problema, vai pagar R\$45,00 a mais nos seus impostos.

Acho até, Sr. Presidente, que poderíamos prorrogar a reunião, porque percebo que a base de Governo começou a tomar coragem para vir falar; até agora, não quiseram nem se defender. Precisamos ouvir argumentos consistentes. Dizer que o Governador precisa... O Governador sempre vai precisar de mais dinheiro, qualquer recurso sempre será bem-vindo. Mas o povo espera aquilo que foi prometido nos palanques de campanha, que não foi o aumento da carga tributária, mas que, com criatividade, ele iria eliminar a corrupção, encontrar maneiras criativas de ampliar a base de arrecadação, sem que tivesse que aumentar os impostos. Vejam: ele está aumentando R\$45,00 para arrecadar mais R\$130.000.000,00, aproximadamente, e isso enquanto não taxar as bicicletas e carroças, porque aí vai aumentar ainda mais. Enquanto não faz isso, o que acontece? Bastava que o Governador tivesse enviado para cá um projeto, e nem precisava de enviar, porque não tem essa criatividade toda. O Deputado Luiz Fernando Faria já tem um projeto que fala da reformulação do DETRAN, bastava que ele quisesse acabar com a corrupção, desvios e desmandos, e aumentaríamos a receita nesses R\$130.000.000,00 que ele está querendo, sem acrescentar um centavo a mais para o contribuinte. É isso que a sociedade espera, é exatamente isso. Esperávamos que ele fizesse uma reforma administrativa, em que pudesse enxugar a máquina. Pergunto aos nobres pares desta Casa: para que serve a Secretaria de Esportes, Lazer e Turismo, que agora é só de esportes e lazer? Serve somente para criar uma máquina mais pesada para o Estado. Para que servem várias outras secretarias, que não têm nenhuma aplicação prática? Servem apenas para criar despesas. É essa reforma administrativa que esperávamos do Governo, e não um aumento das despesas, retirando ainda mais do contribuinte, que já não suporta mais.

Estaremos aqui. Estou percebendo que muitos parlamentares já estão se constrangendo com essas taxas e não vão votar a favor delas. Percebo até que a própria Oposição já está articulada. Se perdermos agora, teremos um 3º turno, porque iremos à justiça. Nos Estados em que se tentou cobrar essas taxas, ficou definido que são inconstitucionais. Vamos derrubá-las, ainda que seja nos Tribunais. Sr. Presidente, desde já, na verificação de votação, gostaríamos de saber quais Deputados votaram "sim" e quais votaram "não", porque a sociedade precisa conhecer aqueles que defendem verdadeiramente os seus interesses e aqueles que apenas fazem discurso, dizendo que precisam de recursos a mais, sem sequer gerar algum benefício. Criam-se taxas de segurança e mais taxas de segurança, e a insegurança piora a cada dia. Não basta aumentar os recursos, é preciso mudar o modelo. É preciso reformular o sistema de segurança do nosso Estado. Muito obrigado.



\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Miguel Martini\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, se tivéssemos um pouco mais de tempo conseguiríamos demover muitos parlamentares de votar a favor dessas taxas absurdas. Percebemos que a base do Governo começa a baixar, e a Oposição começa a subir.

O art. 13 comete o absurdo de conceder moratória para a frente. A própria Misabel, Procuradora do Estado, em seu livro, diz que isso é inconstitucional. Por exemplo, digo para quem quiser, até março, está com moratória. Ainda estamos no mês de dezembro. Imaginem o que acontecerá em janeiro, fevereiro e março. É o cúmulo do absurdo. Por isso, tenho a certeza de que os nobres pares desta Casa, sensíveis que são, não admitirão um absurdo como esse. Já estão admitindo o absurdo de taxar em R\$45,00 os veículos, incluindo as motos. Estão faltando as bicicletas, os velocípedes e as carroças. Se demorar, irão taxá-los também.

Agora, por um lado, querem arrecadar. Por outro, querem dar moratória para a frente. Imaginem que absurdo, que irresponsabilidade por parte de um Governo que foi eleito com o compromisso de zelar pela coisa pública, de administrar em favor do povo. O que vemos? Os empresários que fazem importação têm moratória. Aquele que tem uma motozinha velha tem de pagar R\$45,00. Aquele que tem um carrinho velho tem de pagar R\$45,00. Mas as grandes empresas, aquelas que importam, têm moratória até março do ano que vem. Então, quem não fez pode fazer, porque até março já está com sua moratória. É um absurdo. A própria Procuradora do Estado diz que só se concede moratória até o limite da lei, ou seja, vamos negociar com quem já fez. Mas aqui é diferente: quem ainda não fez pode fazer, porque se fizer, até março está garantida a moratória, não tem problema. Isso é um estímulo à sonegação por parte das grandes empresas, porque o pobre coitado do dono de uma moto velha tem de pagar R\$45,00. Com esse, o Governo é impiedoso.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estou solicitando o encaminhamento desse item destacado para mostrar a nossa grande responsabilidade. A tabela é muito específica da área da saúde. Todos os itens que o Governo entendeu que deveriam ser taxados estavam especificados - na área de prestação de serviços, na área de medicamentos -, e esse item diz apenas "outros produtos de interesse da área de saúde". Não sabemos o que é. Se estamos tendo alguma resistência em permitir a cobrança de taxa de itens já conhecidos, não podemos, em sã consciência - e pediria aos Deputados que atendessem essa reivindicação - aceitar isso, porque são outros produtos que incidem no tratamento direto de doenças e na recuperação dos pacientes.

É um erro grosseiro, injusto, que existe nessa tabela e pediria aos companheiros Deputados, principalmente aos médicos, que derrotássemos esse item destacado, porque senão vamos taxar o que não conhecemos. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, encaminho favorável, mas tenho uma surpresa, mais uma vez, que me deixa de boca aberta neste Plenário. Na votação passada, a base do Governo vota favorável...

O Sr. Presidente - A Presidência entende que o projeto é polêmico e estamos conduzindo-o rigorosamente dentro do Regimento; e solicitaria a V. Exa. que respeitasse o Regimento.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Vou respeitar, mas acho que não adianta colocar estrelinha no peito do Governador e chegar aqui e votar contra o Governo, sendo da base do Governo.

O Deputado Durval Ângelo - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, estamos aqui, na verdade, modificando uma lei do final de 1997, do Governo Eduardo Azeredo. Já que o Deputado João Leite abriu, ontem, uma sessão nostalgia, vamos provar, amanhã, pelos anais desta Casa, que a bancada do PT votou favoravelmente ao projeto de taxas do Governo Eduardo Azeredo, mas não votou favorável, naquele mesmo período, à questão do aumento do IPVA. Amanhã, teremos dados em Plenário e vamos mostrá-los.

Acho que essa emenda terá o apoio unânime do Plenário, pois sabemos que hoje existe uma máfia do seguro obrigatório, do DPVAT. Tenho, aqui, uma auditoria do Governo Federal, segundo a qual, até da parcela obrigatória, dos 50% que deveriam ser encaminhados ao Governo Federal - 45% ao SUS e 5% para propaganda contra acidentes de trânsito -, R\$450.000.000,00 foram desviados, em 1997. Esses são dados do Ministério da Saúde.

Ao mesmo tempo, sabemos que essa estrutura do seguro obrigatório favorece, o que é um absurdo, algumas entidades da sociedade civil, como a ABIDETTRAN, que congrega 27 associados no Brasil inteiro e recebeu 10 milhões no ano passado e 5 milhões até maio deste ano. O que estamos fazendo? Não podemos apurar todas essas irregularidades.

Saiu em reportagem esta semana, na revista "Quatro Rodas", e, há três meses, o jornal "Gazeta Mercantil" trouxe várias reportagens sobre a chamada máfia do seguro obrigatório. São coisas absurdas. Quem tiver oportunidade, pode ler, o nosso tempo é pouco. O que estamos fazendo aqui? Sem onerar o contribuinte em hipótese alguma, sem repassar o IPVA, o § 3º é bem claro nisso. Os dados cadastrais terão de ser fornecidos pelo DETRAN. O valor de R\$49,90 do DPVAT é estipulado pelo Governo Federal, não pelo Governo Estadual, e será cobrada taxa de 10%. É uma forma de mostrarmos posição clara contra esse DPVAT e a forma como é apurado. Vai gerar ao cofres do Estado de 30 a 35 milhões. Um jornal, hoje, trouxe que seria 52 milhões.

Gostáramos de pedir o apoio de todos para um movimento que vai começar no Brasil inteiro a partir de fevereiro: será aberta na Câmara Federal uma CPI contra o DPVAT. Tivemos oportunidade, por meio do PROCON-Assembleia, de encaminhar a vários Estados essa emenda. Esses Estados vão aderir à discussão que estamos fazendo em Minas.

Solicito o voto favorável e quero dizer a um Deputado que há pouco fez uso da palavra, que é assim que vota é assim que atua o PT, com a consciência, coisa que muitos talvez não tenham.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o PFL, o PSDB e o PSN têm votado sistematicamente contra esse projeto que onera o povo mineiro com a criação de taxas. No caso específico desta emenda, não votaremos contra nem a favor. Não votaremos a favor para não coonestar o projeto, mantendo a nossa posição radicalmente contra a criação dessas novas taxas; mas também não vamos votar contrariamente. Então, PFL, PSDB e PSN se absterão nesta votação.

O Deputado Miguel Martini\* - A Emenda nº 5 modifica a Tabela 2.28 e a 2.29. A redação é cada vez mais absurda. Estamos dentro da mesma lógica, ou seja, o absurdo dessas taxas. Diz aqui: acompanhamento de leilões e não sei o quê: R\$300,00, R\$400,00, R\$487,00. A outra é R\$100,00, R\$300,00 e R\$1.000,00. É de R\$100,00 para cima. São mais taxas ainda. Cada vez mais absurdas. Percebemos que a base do Governo teve uma pequena baixa. Acho que já começa a tomar consciência desses absurdos. Mais uma vez, chamamos a atenção para o prejuízo que isso vai causar no bolso do contribuinte. Os bezerrinhos já não estão livres. Não sei se as cabras, se os cabritos estão livres aqui, mas os bois não estão. É o afã, é a voracidade em cobrar mais taxas. Estamos tentando resistir, mas estamos perdendo vergonhosamente. Todos os outros partidos estão votando favoravelmente a essas taxas, e estão votando em bloco. Achemos que, perdendo aqui, temos a alternativa do Judiciário. É o que vai sobrar. Nós três vamos apelar à justiça. As bancadas do PSN, do PSDB e do PFL vão encaminhar essa ação ao Judiciário, para que declare inconstitucional esse projeto. Vamos tentar derrubá-lo no Judiciário. É a única alternativa que nos resta, porque a base governista e os partidos que defendiam o povo já não o fazem, acham normal a cobrança dessas taxas absurdas. Volto a dizer: as galinhas já estão taxadas também. Acho que não sobrou nada nessa área. Talvez estejam faltando somente bicicleta, velocípede e carroça. Acho que são as únicas coisas que estão fora. Pode ser que, se dermos uma olhada, isso esteja incluído no item "Outros". Há vários aqui, assim: "Outros". Talvez, nesses "Outros", patinetes também estejam incluídas.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, gostaria de, antes que se começasse a contar o nosso tempo, ter acesso à emenda, para que pudesse fazer o encaminhamento dentro do pressuposto regimental. A nossa posição é contra esta emenda - como de resto, contra todas as taxas que o Governo, ao apagar das luzes deste ano, manda para esta Casa. É, de uma maneira especial para todos nós, o que há de mais inconveniente. Quando se aumenta o IPVA, é dividido entre os municípios e o Estado. Essa taxa é um aumento indireto do IPVA, com os recursos todos para o Estado. Ou seja, o município fica excluído de participar. Então, somos contrários a ela: primeiro, por este motivo; segundo, porque não recebeu sequer a

apreciação das Comissões. Foi apresentada aqui. Então, se o projeto já se encontrava com a velocidade estranha na Casa, essa emenda sequer chegou a tramitar; foi inserida como um corpo estranho.

Embora seja matéria correlata, podemos dizer que, se não chega a ser um "frankenstein", seria um primo dele, porque é mais feia e complicada que as demais. Além disso, foi apresentada em um momento pouco propício, mesmo porque há na Casa uma CPI tratando do assunto do narcotráfico que sequer sinalizou sobre esse assunto. Mais que isso, é do nosso conhecimento que há Secretário de Estado se insurgindo contra ela, porque não foi sequer cientificado de sua existência.

E a terceira razão é que, nesta fase do ano, quando se paga IPVA, os moradores da cidade pagam também IPTU e tantas outras despesas. O trabalhador rural, que tem apenas um carrinho, em janeiro e fevereiro não tem receita, porque provém da colheita. Assim, por essa razão, também somos contrários.

Em resumo, votaremos contra, por três motivos: primeiro, porque exclui os municípios da participação na receita; segundo, porque entrou de uma maneira estranha no processo, em 2º turno; e terceiro, porque é apresentada para prejudicar ainda mais o cidadão, nos meses em que já existem outros tributos a pagar, incluindo-se o IPVA, do qual o Estado recebe parcelas importantes. Por isso, somos contrários, como de resto a todo o projeto. Podemos dizer que as outras são ruins, mas essa é pior.

O Deputado Carlos Pimenta\* - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Esse último destaque, na verdade, é a taxa de segurança pública 2. Tenho, em mãos, um levantamento feito em 1999, do valor arrecadado com a taxa de segurança pública em Minas Gerais. São R\$77.234.012,00. Esse recurso praticamente foi utilizado na construção de algumas cadeias, no pagamento de alimentação dos presos, e o restante perdeu-se no processo administrativo da própria Secretaria da Segurança Pública.

Para fazer uma comparação, a Assembléia Legislativa está propondo uma nova taxa que vai gerar, só com a arrecadação de R\$45,00 por veículo, R\$157.500.000,00. E mesmo assim estamos votando no escuro. Pergunto a qualquer Deputado do PMDB, do PT ou de qualquer outra facção partidária como se vai dividir esse recurso; para onde vai; qual é o fundo; quem vai gerenciar esse fundo; quem vai administrar; qual é a participação dos municípios nessas taxas.

Constantemente, nós, Deputados, estamos sendo cobrados das Prefeituras e das lideranças a respeito de uma melhor segurança. As Prefeituras, os municípios estão absolutamente largados. Por isso, seria necessária uma explicação maior. E estamos votando no escuro a pituitária, o cérebro do processo, que é essa taxa.

Com o devido respeito que tenho aos colegas, faço um pedido. Neste final de ano, quase às vésperas do Natal, não se pode praticar esse saco de maldades contra o povo de Minas Gerais, essa covardia com o Poder Legislativo, que não tem nenhuma informação. Como disse o Deputado Sebastião Costa, com certeza absoluta, o Sr. Secretário da Segurança Pública nem deve ter sido consultado, pela rapidez com que essa emenda entrou e tal a rapidez com que está tramitando.

A nossa posição é absolutamente contrária a essa taxa. Nesse sentimento de oposição, queremos pedir ao Plenário, apelar para a consciência dos Deputados, para não darmos ao povo de Minas Gerais, a partir de janeiro do ano 2000, esse presente de grego, esse presente maldoso. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Durval Ângelo - Srs. Deputados, as operações de "leasing", operações de arrendamento mercantil, cobram IOF e, na maioria esmagadora dos casos, 1% de ISS, porque a maioria das empresas de "leasing" tem sede no paraíso fiscal do ISS, que é a cidade de Barueri, em São Paulo. Temos, aqui, várias decisões da Justiça que dizem: "A cobrança antecipada do valor residual de um contrato de "leasing" descaracteriza o acordo, que deixa de ser uma forma de arrendamento e passa a ser compra e venda do prazo de um bem". E o consumidor não tem o benefício ao comprar um carro por meio de "leasing"; paga o valor desse carro da mesma forma que um comprador com dinheiro. O que tem são facilidades de juros e de prazos para esses pagamentos. Diante disso, apresentamos essa emenda, que implicaria numa receita de cerca de R\$180.000.000,00 para o Estado. Com a Assessoria desta Casa trabalhamos nessa emenda, deixando bem claro que essa decisão, a última tomada, em maio deste ano, pela Corte Maior do País, dá sustentação legal para que essa cobrança seja feita.

Entendo que essa emenda terá a aprovação total de todos os parlamentares. Da mesma forma que, na modificação de 1997 da lei do Governador Eduardo Azeredo, a Bancada do PT votou a favor da lei das taxas, juntamente com o PDT, o PMDB, o PSDB e o PFL, votando contra somente aquele aumento absurdo do IPVA, faço esse convite para que haja coerência. Se agirmos da forma que agimos em dezembro de 1997, estaremos demonstrando essa mesma coerência agora e numa emenda que não onera o consumidor; simplesmente, as operações de "leasing", por conclusões da própria justiça do País, são operações disfarçadas de compra e venda. É a hora de mostrarmos de que lado estamos, se estamos do lado das empresas de "leasing" ou do lado do consumidor.

O Deputado Paulo Piau - Deputado Durval Ângelo, evidentemente não duvidamos, de forma nenhuma. Parece-me que o que V. Exa. propõe tem todo o sentido. No entanto, o problema é que essa emenda entrou agora e, na verdade, não tramitou, como disse o Deputado Sebastião Costa. Portanto, vamos nos abster, para não sermos contra alguma coisa que possa parecer razoável. Mas, lamentavelmente, o tempo não permitiu um amadurecimento suficiente para que o PFL, o PSDB e o PSN pudessem subscrever, e isso, por coerência da nossa parte. Muito obrigado.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior\* - Sr. Presidente, fui citado aqui por várias vezes, mas disse, desde o início, o que todos os Deputados, à exceção dos Deputados que foram citados, teriam e têm vontade de dizer. Vejo hoje que, com os 61 Deputados em sua base, o Governo tem de começar a coçar a cabeça e pensar com quem pode contar. Lembro-me de que o ex-Deputado Romeu Queiroz, quando Líder do Governo nesta Casa, deixava claro, para todos os que participaram do mandato passado, que Deputado do Governo não discute, vota. É sobre isso que tem de haver uma conscientização. Deputado que é base de Governo tem de estar aqui presente para votar, custe o que custar, com o desgaste que tiver. Tenho a certeza absoluta de que, na hora em que for reivindicar para os seus municípios as obras necessárias, terá essa diferenciação. Para esses 61, só quero deixar isso.

Quero deixar bem claro que disse o que muitos Deputados tinham vontade de dizer naquele exato momento, na hora do voto, porque, por um voto, perde-se ou ganha-se uma votação. Ainda bem que dessa vez sobrou, mas, no futuro, pode faltar um voto só. Tenho a certeza de que esses que formam a base do Governo, tenham o desgaste que tiverem, têm de votar. Se faltar algum voto, não será o meu. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Alberto Bejani - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaríamos, primeiro, de lembrar que o Projeto de Lei nº 229/99 vem corrigir, evidentemente sem a Emenda nº 4, problemas da Lei Robin Hood, que foi baseada fundamentalmente em que nenhum município ganharia receita. Para um ganhar, alguém teria de perder.

Estudamos, de seis a sete meses, nesta Casa, essa lei, que já existe. Por meio da assessoria técnica desta Casa, escutando Prefeitos nos quatro pontos deste Estado, buscamos aperfeiçoar, garantir a sobrevivência da tão conhecida Lei Robin Hood, que termina no próximo ano, para garantir que continuasse por mais alguns anos, pois boa parte dos Prefeitos necessita dela para a sobrevivência. De outra forma, vão ficar de pires na mão a partir do ano 2001.

Por isso, o estudo foi profundo, foi bastante técnico. A Ouvidoria funcionou e tem de funcionar para que tenhamos certeza de que tudo que está sendo feito é para o bem de todos e não apenas de alguns.

Evidentemente, o projeto tramitou nas comissões, passou no 1º turno e, no 2º turno, a Emenda nº 4 nos trouxe uma surpresa, passando a destinar 1,5% do total da receita para as cidades-dormitórios, no valor mínimo por ano de R\$22.500.000,00; com o FUNDEF, R\$27.000.000,00. Não encontramos nenhum estudo que viesse mostrar que Minas Gerais só tem cinco cidades-dormitórios. Como um Estado que tem 853 municípios tem apenas 5 cidades-dormitórios?

Para deixar bem claro, cidade-dormitório é aquela onde o cidadão dorme e, no dia seguinte, levanta e vai trabalhar em outra. Posso citar, sem ler, muitas cidades que sobrevivem dessa maneira. Mas a Emenda nº 4 colocou apenas cinco cidades-dormitórios.

Pergunto aos Deputados: em Minas Gerais, só temos cinco cidades que sobrevivem de cidades vizinhas? Dando alguns exemplos, temos Juiz de Fora, Matias Barbosa, Ewbank da Câmara, Piau, Coronel Pacheco, enfim, temos, aproximadamente, em volta de Juiz de Fora, 30 cidades consideradas dormitório. A população dessas cidades trabalha em Juiz de Fora. Por que a Emenda nº 4 vem designar somente cinco cidades-dormitório? Será que isso é justo com as demais cidades do Estado que passam dificuldades e também gostariam de ser chamadas cidades-dormitório, para que pudessem ter uma fatia para sobreviver? Isso me surpreendeu.

Não sou dono da verdade, mas acho que esse item chamado cidade-dormitório, encaminhado no 2º turno, em Plenário, é matéria nova. E matéria nova, acredito eu, pelo próprio Regimento, exige um Acordo de Lideranças. Se não houver esse acordo, matéria nova não pode vir a Plenário. Discutimos isso, e não houve nenhum Acordo de Lideranças. Ela simplesmente apareceu e é nova. No quadro, onde isso é mostrado claramente, há um item novo, que é a cidade-dormitório. Se é um item novo, é matéria nova. Se é matéria nova, deveria haver Acordo de Lideranças, mas isso não aconteceu.

Além de estar classificando apenas 5 cidades, num Estado que tem 853 municípios, só não vê que há erro quem não quer. Isso é um absurdo. Esse item colocado, no nosso entender, é matéria nova, sem nenhum Acordo de Lideranças. Acho que a assessoria desta Casa, deste Plenário, da própria Presidência deveria ter visto que uma matéria nova não pode chegar a Plenário, sem que as Lideranças tenham feito um acordo.

Por isso, Sr. Presidente, achamos que não é justo, não estamos, pelo juramento que prestamos quando tomamos posse, falando a verdade, porque juramos falar a verdade, pregar a verdade, fazer as leis e defendê-las. Tudo isso é sinônimo de justiça. Será que vamos ver uma injustiça praticada por esta Casa? Apenas 5 cidades em 853 municípios? Perto de Belo Horizonte, quantas cidades sabemos que são dormitório? Quantas pessoas viajam para trabalhar em outras cidades? Essa Emenda nº 4 desmorona todo o projeto, que, como já disse, demorou seis, sete meses para ser elaborado, com assistência técnica da Casa, com acompanhamento de assessoria formada, para que pudessemos trazer uma solução de igualdade, para que os municípios pudessem sobreviver, sem estar com o pires na mão, não sabendo como pagar o 13º salário ou o salário de cada mês.

Por isso, gostaria de pedir a V. Exa. que, após o meu pronunciamento, encerre a reunião, de plano, por falta de "quorum", porque não há 26 Deputados em Plenário para a continuação dos trabalhos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Mauro Lobo - Sr. Presidente e Srs. Deputados, com relação ao Projeto de Lei nº 753/99, que promove algumas alterações no Conselho de Contribuintes do Estado de Minas Gerais, lembro aos senhores que esse projeto havia sido inserido no projeto do Deputado Sebastião Costa, que, não o aceitando, por ser um assunto estranho à sua proposta, retirou o seu projeto. Conseguimos que esse projeto tivesse uma apresentação própria por meio da Comissão de Fiscalização Financeira.

Mas gostaria de trazer aos senhores dois pontos que são muito significativos nesse projeto. Nós, com a preocupação de que esse projeto promova o melhor entendimento possível entre o Fisco e o contribuinte, propusemos duas emendas para a consideração dos Deputados. A primeira emenda visa corrigir uma modificação proposta nesse projeto: o Presidente do Conselho de Contribuintes, que é nomeado pelo Governador do Estado; atualmente, como se faz isso? O Governador nomeia, e há uma alternância, um mandato. É um representante do Fisco e outro do contribuinte. Isso porque o Conselho de Contribuintes não deve representar apenas o contribuinte nem apenas o Fisco.

Como se trata de uma câmara paritária, igual número de membros tanto para o Fisco quanto para os representantes dos contribuintes, se temos um Presidente numa câmara paritária, o voto de minerva é do Presidente. Se o contribuinte tem o Presidente naquela câmara ou no Conselho, obviamente que no caso de empate seria favorável ao contribuinte, e vice-versa. O que se propõe nesse projeto? Que o Conselho seja exclusivamente presidido por um representante do Fisco. Ou seja, aquele equilíbrio que já ocorre há 16 anos será alterado.

Não estamos vendo razão para que se mude essa estrutura. Defendemos que continue havendo essa alternância. Um mandato presidido por um representante do Fisco e outro mandato presidido por um representante dos contribuintes. Assim, estamos apresentando uma emenda, que passo a ler. (- Lê:)

"Dê-se ao art. 150 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, a que se refere o art. 26 do Projeto de Lei nº 753/99, a seguinte redação:

Art. 150 - 'O Governador do Estado designará para o período de um ano:

I - entre os membros efetivos, o Presidente e o Vice-Presidente das Câmaras de Julgamento e o Presidente do Conselho de Contribuintes, observado o sistema de rodízio das representações;"

II - entre os membros efetivos da representação classista, o Vice-Presidente do Conselho de Contribuintes.

Parágrafo Único - Quando a designação do Presidente das Câmaras de Julgamento recair em membro de uma representação, a Vice-Presidência será exercida por Conselheiro de outra".

Quero enfatizar que, nas quatro Câmaras, essa alternância permanece, incluindo esse projeto. Só há modificação na Presidência do Conselho. E vem a justificação: (- Lê:)

"O sistema de alternância na Presidência do Conselho de Contribuintes a cada exercício entre as representações que têm assento naquele órgão é a forma mais democrática de ser exercida a verdadeira paridade entre o poder público e as entidades representativas e promove uma lição verdadeira de justiça tributária".

O que estamos querendo é o que está funcionando bem e que continue dessa forma.

Outra emenda que também estamos propondo, com o objetivo de melhorar esse projeto, é a de supressão do art. 222, cujo teor é o seguinte: (- Lê:)

"Suprima-se o art. 222 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, a que se refere o art. 26 do Projeto de Lei nº 753/99".

Esse projeto muda substancialmente o relacionamento entre o Fisco e o contribuinte. Faça a leitura do art. 222, que é curto, só para terem um entendimento. (- Lê:)

"O crédito da Fazenda Pública cujo pagamento não for realizado no respectivo vencimento sujeita-se à cobrança administrativa, inclusive por meio de instituição financeira, contratada segundo os princípios da Lei Federal nº 8.666 - a famosa lei de licitação pública - e da Lei Estadual nº 9.444, de 25 de novembro de 1987, a protesto e inscrição em dívida ativa, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis."

O que estamos propondo é justificado por mim da seguinte maneira: (- Lê:)

"O art. 5º da Constituição Federal, que trata dos direitos e deveres individuais e coletivos, prevê, em seu inciso LV, que "aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral, são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes". Ora, o art. 26 do Projeto de Lei nº 753/99, ao se referir ao art. 222 da Lei nº 6.763/75, fere de maneira cabal esse direito fundamental assegurado pela Constituição Federal, uma vez que prevê que o crédito da Fazenda Pública cujo pagamento não foi realizado no respectivo vencimento sujeita-se à cobrança administrativa por meio de instituição financeira e a protesto em cartório. A ampla defesa e o contraditório do contribuinte são enterrados caso esse dispositivo seja aprovado. Por isso, considerando que estamos num estado democrático de direito, onde, pelo Governo, entendo que esse dispositivo deva ser suprimido de modo a garantir segurança jurídica nas relações entre Fisco e contribuinte. Cabe, ainda, ressaltar que as discussões a respeito da legitimidade de crédito tributário

ocorrem administrativamente, no âmbito do Conselho de Contribuinte, e judicialmente, nos termos da lei. Portanto, a medida pretendida no projeto com a alteração do art. 222 é violenta e arbitrária".

Consultei dois eminentes tributaristas, que acharam que esse artigo é inconstitucional e que, caso fosse aprovado na forma em que está apresentado, obviamente seria questionada, na Justiça, a sua constitucionalidade.

E, mais ainda, imaginemos que o Estado acione uma empresa que não se julgue devedora. Obviamente essa empresa poderá entrar com uma ação de perdas e danos contra o Estado.

Portanto, Srs. Deputados, por questão de justiça, peço a aprovação dessas duas emendas. Lembramos que, há pouco, aprovamos, nesta Casa, em 2º turno, o Código de Defesa do Contribuinte. Esses dois artigos da lei, em discussão, colidem com a filosofia que impera no Código de Defesa do Contribuinte. Essas eram as observações que tinha a fazer com relação a esse projeto, para as quais pediria a atenção dos Srs. Deputados, para que em Minas Gerais continue a haver um bom relacionamento entre Fisco e contribuinte. Muito obrigado.

O Deputado Marco Régis - Sr. Presidente, Srs. Deputados, acabamos de votar, agora à tarde, a redação final não só desse projeto, mas de vários outros, para dar cumprimento à pauta final de nossos trabalhos.

Quero fazer coro com o Deputado Irani Barbosa, que, ontem, da tribuna, fez críticas à composição da Região Metropolitana e do Colar Metropolitano. Acho que, na próxima sessão legislativa, esta Assembléia precisa reestudar a composição tanto da Região Metropolitana da Capital como também de seu Colar Metropolitano, porque extrapola os limites o fato de nós, Deputados, começarmos a colocar cidades e mais cidades nessa composição. Temos de estabelecer critérios para que isso se concretize. Muito obrigado.

O Deputado Alberto Bejani - Muito obrigado, Sr. Presidente. Serei rápido por entender que outras matérias terão de ser votadas ainda. Gostaria só de esclarecer ao Deputado Dinis Pinheiro que em nenhum momento declarei, neste primeiro ano, nesta legislatura, que sou inimigo do Dr. Itamar Franco. Em nenhum momento usei a palavra para denegrir a imagem do Sr. Governador do Estado de Minas Gerais. O que eu tenho, graças a Deus, é coerência, pés no chão. Sei muito bem que tenho ficado contra alguns atos administrativos do Sr. Governador. Por exemplo, não poderia nunca ficar a favor da divisão do 13º salário em 24 meses. Nunca ficaria a favor da taxa de R\$45,00 que se vai acrescentar ao IPVA.

Digo ao Deputado Dinis, por quem tenho grande admiração, que não estou querendo me aproximar de quem já tenho aproximação. Na política, pode-se não concordar politicamente com o cidadão, mas isso não quer dizer que você tenha de ser inimigo pessoal dele. Muito pelo contrário. Todas as vezes que, depois de eleito Governador, encontrei-me com S. Exa., eu o cumprimentei e sempre me coloquei numa postura de respeito, mas afirmar em Plenário que Alberto Bejani está querendo se aproximar dele para ser Situação não é verdade. Não preciso me aproximar para votar com o Governo. Votei a favor dos policiais militares que tinham sido prejudicados em 1997. Votei a favor do Governo. Votei a favor do projeto do Governo na anistia fiscal.

Não preciso trocar meu voto por mata-burros, por ambulâncias, por asfalto nem pela criação de posto médico ou posto policial. Não preciso, porque eu já fiz. Em Juiz de Fora, onde eu tive a maioria dos votos, 47 mil, construí 28 escolas. Em uma cidade, onde fui o mais votado, construí 9 creches; nas escolas, havia 14 mil alunos, e entreguei-as com 32 mil ao Prefeito que assumiu depois de mim, que foi o Deputado Custódio de Matos.

Na verdade, não preciso ficar fazendo trocas, porque eu já fiz. Fui Prefeito da minha cidade, Juiz de Fora, e nessa cidade tive nas últimas eleições a ratificação do povo dizendo: "Bejani, gostamos de você. Tome aqui 47 mil votos só na sua cidade".

Não preciso ficar nessa de ir no Palácio e dizer ao Governador que, se ele me der uma escola, voto a favor, se me der um mata-burro, voto a favor. Não preciso fazer isso. Já tenho obras que realizei na minha cidade, junto com uma equipe, porque ninguém faz nada sozinho. Essa equipe, que respeito muito, trabalhou comigo naquela ocasião e foi responsável pelo sucesso que tivemos, como também teve o Prefeito Custódio de Matos.

**Sr. Presidente, quero só deixar bem claro que acho que há alguns Deputados fazendo cirurgia de mais aqui nesta Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente.**

#### MATÉRIA ADMINISTRATIVA

#### CONCORRÊNCIA Nº 1/2000

Objeto: contratação de empresa, pelo período de 12 meses, para prestação de serviços de reportagem, locução, produção, edição, direção e operação dos sistemas de áudio e vídeo.

Fica suspensa a reunião de abertura dos envelopes marcada para o dia 10/1/2000, em virtude da necessidade de reavaliação das condições da contratação.

Nova data será posteriormente divulgada aos interessados.

Pedro Paulo Dias Ladeira, Diretor-Geral.